



ICPD – Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento
CESAPE – Centro de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão

ANA BEATRIZ GAVAZZA DE AZEVEDO

**DISCURSO PARLAMENTAR E REVISÃO DE TEXTO: A LUTA
DA SUBJETIVIDADE**

**Brasília - DF
2006**

*Ao meu filho, Rodrigo, por ser a pessoa
mais maravilhosa que Deus colocou em
minha vida.*

*Ao meu futuro marido, Sérgio, com
quem conquistei a felicidade.*

*À minha mãe e amiga, Yedda, em quem
me espelho para viver e com quem
aprendi a enfrentar os reveses da vida.*

*Ao meu pai, Álvaro Sérgio, meu melhor
amigo, que sempre me incentivou na
minha caminhada. Muitas saudades!*

*À minha melhor amiga, Lígia, que
sempre está ao meu lado nos bons e
maus momentos.*

ANA BEATRIZ GAVAZZA DE AZEVEDO

**DISCURSO PARLAMENTAR E REVISÃO DE TEXTO: A LUTA
DA SUBJETIVIDADE**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Pós-Graduação em Língua Portuguesa do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, sob a orientação da Professora Josenia Antunes Vieira.

**Brasília – DF
2006**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	10
1.1 O Ato de Redigir: A Luta da Subjetividade	10
1.2 Mitos que Cercam o Ato de Escrever	11
1.3 A Escrita como Processo	14
1.4 Aspectos Textuais	17
1.4.1 Identificação da coerência textual	17
1.4.2 O papel dos elementos de coesão	18
2. O DISCURSO PARLAMENTAR E A MULTIPLICIDADE DE FATORES QUE ENVOLVEM A SUA REDAÇÃO	21
2.1 Passos que Antecedem a Redação do Discurso	24
3. O CORPUS	28
4. A REVISÃO E AS NORMAS LINGÜÍSTICAS	29
5. REVISÃO: FIDELIDADE AO SENTIDO PRETENDIDO PELO ORADOR ...	32
CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
BIBLIOGRAFIA	41
ANEXOS	43
A. DISCURSO ORIGINAL	44
B. DISCURSO APANHAMENTO	54
C. DISCURSO REVISÃO	64
D. DISCURSO SUPERVISÃO	73

RESUMO

Este trabalho analisa a subjetividade na revisão de um discurso parlamentar proferido pelo Senador José Agripino, na tribuna do Senado, em 8 de novembro de 2004. A escolha do corpus deve-se ao fato de que a Autora da presente monografia trabalha como revisora na Subsecretaria de Taquigrafia do Senado Federal. A intenção deste trabalho é demonstrar a dificuldade de retextualização, isto é, a transformação do discurso falado em escrito e a preservação do sentido pretendido pelo orador, garantia da veracidade do registro histórico. A Análise do Discurso, de acordo com Fairclough (2001) faz um recorte teórico em que relaciona língua e discurso, qual seja, o discurso não é livre de condicionantes lingüísticos ou de determinações históricas; e a língua não é totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos. O embasamento teórico para o presente trabalho foi retirado das teorias defendidas por Fairclough, Saussure, Koch e Fiorin. Após a análise do discurso original e de suas modificações pude concluir que na maioria das vezes uma simples pontuação resolveria o problema. O objetivo, pois, do trabalho foi mostrar a dificuldade que existe para retextualizar um discurso oral e dar subsídios para que o revisor, no futuro, possa tomar a decisão verbal mais correta.

Palavras-chave:

Subjetividade, retextualização, Senado, discurso parlamentar, revisão, análise do discurso.

ABSTRACT

This work analyzes the subjectivity in the revision of a parliamentary speech pronounced by the Senator Jose Agripino, in the tribune of the Senate, in November 8th, 2004. The choice of the corpus must it the fact of that the Author of the present monograph works as revisory in the Undersecretary's office of Shorthand of the Federal Senate. The intention of this work is to demonstrate the difficulty of the transformation of the speech said in writing and the preservation of the direction intended for the orator, guarantee of the veracity of the historical register. The Analysis of the Speech, in accordance with Fairclough (2001) makes a theoretical clipping where it relates language and speech, which is, the speech is not free of linguistic contingents or historical determination; and the language is not total closed in same itself, without imperfections or mistakes. The theoretical basement for the present work was removed of the theories defended for Fairclough, Saussure, Koch and Fiorin. After the analysis of the original speech and its modifications I could conclude that most of the time a simple punctuation would decide the problem. The objective, therefore, of the work was to show the difficulty that exists to transformate a verbal speech in a written speech and to give subsidies so that the copyholder, in the future, can take verbal the decision more correct.

Keywords:

Subjectivity, transformation of verbal speech in written speech, Senate, parliamentary speech, revision, analysis of the speech.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, procurarei desmistificar o processo de retextualização, isto é, a transformação do discurso oral em discurso escrito, feito pelos revisores taquigráficos do Senado Federal. Para tanto, terei em mente que, para compreender qualquer elocução, o ouvinte deve saber dentro de qual enquadre ela foi composta.

Um outro ponto levado em conta é que a Análise de Discurso (FAIRCLOUGH, 2001) faz um recorte teórico em que relaciona língua e discurso, qual seja, o discurso não é livre de condicionantes lingüísticos ou de determinações históricas; e a língua não é totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos.

Assim, ao se fazer uma retextualização, o revisor tem de ter em mente todo o contexto histórico e social em que uma fala está sendo produzida. Além disso, deve levar sempre em consideração o estilo próprio de cada orador, visto que cada parlamentar traz as marcas de sua região em sua fala e que a escolha da estrutura lexical revela características de quem a pronuncia. Isso tudo, a fim de que fique registrada não apenas a idéia central, como também o estilo do orador, garantia da veracidade do registro histórico.

O ato de escrever tem sido considerado pela maioria das pessoas um desafio, mas para que possamos considerá-lo um desafio possível de ser vencido, antes de tudo, é preciso conhecê-lo, desvendar seus mistérios, as nuances que o compõe, assim como lhe conceder uma aplicabilidade para que possa fazer sentido e dedicarmos mais atenção a esse ato. Vale salientar que o ato de escrever está

relacionado a todas as nossas atividades, pois se encontra intrinsecamente ligado ao ato de ler, de conceber e de retratar o mundo que nos cerca.

É importante mencionar que o discurso é uma das principais ferramentas do parlamentar. É por meio dele que se manifestam as opiniões, travam-se os debates, marcam-se as diferenças e estabelecem-se os consensos.

No decorrer do trabalho, estarei analisando os mitos que cercam o ato de escrever no nosso cotidiano até chegarmos à capacidade de redigir textos mais específicos, tais como o discurso parlamentar, nosso objetivo final. Justifica-se o estudo visto que a habilidade para redigir, como pode ser comprovada no decorrer do trabalho, não se resume em dons especiais a serem desenvolvidos, mas antes de tudo de um trabalho de disciplina e aprimoramento de competências já desenvolvidas nos anos de escolaridade.

São, portanto, objetivos deste estudo, primeiramente, reconhecer a importância do ato de redigir, levando em consideração aspectos importantes em um texto, tais como: coerência, coesão, intertextualidade e normas lingüísticas, e, em segundo lugar, direcionar essa habilidade necessária para redigir bem, para áreas mais específicas – o discurso parlamentar.

O corpus é constituído pelo discurso tal como foi proferido da tribuna, em 8 de novembro de 2004, pelo Senador José Agripino, oriundo do Estado do Rio Grande do Norte, Líder do PFL no Senado Federal, e das modificações feitas pelos taquígrafos do Apanhamento, da Revisão e da Supervisão da Subsecretaria de Taquigrafia do Senado Federal.

Ressaltamos que a intenção deste trabalho está justamente ligada ao fato de oferecer referencial teórico que possa subsidiar novas pesquisas na área, compreendendo ser esse tipo de redação pouco comentado e divulgado nos cursos

de graduação, conclusão a que chegamos, dada a pouca disponibilidade de material de apoio às pesquisas.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1 O Ato de Redigir: A Luta da Subjetividade

Produzir textos é uma atividade extremamente necessária tanto na nossa vida escolar como na vida profissional e no nosso cotidiano. Entretanto, o que podemos observar é que a maioria das pessoas fica assustada, ansiosa, desencorajada e, principalmente, desorientada quanto às habilidades e atitudes necessárias ao convívio mais natural e simples com a escrita.

Muitas dessas posições negativas em relação ao ato de escrever vão sendo construídas lentamente ao longo de nossas vidas, na escola, no trabalho, em nossa vida social. Visando justamente reverter esse processo, o presente trabalho não tem o objetivo de trabalhar com dicas ou macetes, mas sim de desmistificar o ato de redigir, apontando mitos e crendices que contribuem negativamente para a insegurança no ato de escrever, desconstruir idéias equivocadas, provocando uma mudança na atitude em relação a proposta de produzir os textos de forma adequada e, sobretudo, relacionando habilidades necessárias para que esse ato seja natural, claro, preciso e harmonioso.

De acordo com Garcez (2001, p.2), poucas pessoas conseguem escapar de um conjunto equivocado de influências e construir uma relação realmente saudável com o ato de escrever. Muitas vezes, saem da vida escolar com a sensação de que realmente nunca serão bons redatores. No que se refere a essa

concepção, a autora mostra as falsas crenças e os mitos mais freqüentes em relação à escrita. Muitos são os pontos que podem ser abordados, mas o presente trabalho traz à reflexão os aspectos que levam alguém a acreditar que escrever seria um dom que poucas pessoas têm; um ato espontâneo que não exige empenho; uma questão que se resolve com algumas dicas; um ato isolado, desligado da leitura; algo desnecessário no mundo moderno; um ato autônomo desvinculado das práticas sociais.

A seguir se abordará cada um desses pontos, como forma de ilustração, para, em seguida, traçar em linhas gerais quais são as principais dificuldades que as pessoas encontram no ato de redigir.

1.2 Mitos que Cercam o Ato de Escrever

No que se refere ao fato de que algumas pessoas acreditam que escrever é um dom, Garcez (2001, p.3) afirma que certamente os fatores que definem a maturidade e o desempenho na produção do texto é o grau de familiaridade com a escrita, em função do modo como se aprende a escrever, a importância do texto escrito para as pessoas, a intensidade do convívio estabelecido com o texto escrito e a freqüência com que se escreve, visto que o estudo não se refere à habilidade literária e, sim, à produção de textos no cotidiano da escola ou do trabalho.

De acordo com a mesma autora, escrever é um ato que exige desempenho e trabalho, pois é uma das atividades mais complexas que o ser humano pode realizar. Faz vigorosas exigências à memória e ao raciocínio. A agilidade mental é imprescindível para que todos os aspectos envolvidos na escrita sejam articulados, coordenados, harmonizados de forma que o texto seja bem-

sucedido. A todo momento, conhecimentos de toda natureza são consultados para que o texto tome forma. É necessário utilizar os conhecimentos relativos ao assunto que se quer tratar, ao gênero adequado, à situação em que o texto é produzido, aos possíveis leitores, à língua e suas possibilidades estatísticas etc.

Não se trata, portanto, de uma competência que se forma com algumas dicas e, sim, exige um estudo sério. Conforme se pode perceber em Garcez (2001, p.6), fórmulas pré-fabricadas de textos e “dicas” isoladas apenas contribuem para a montagem de um texto defeituoso, truncado, artificial, em que a voz do autor se anula para dar lugar a clichês, chavões, frases feitas e pensamentos alheios.

Baseado nessa afirmação, conclui-se que a autoria vem das escolhas pessoais dentro das possibilidades da língua e do gênero, e ainda que escrever bem seja o resultado de um percurso constituído de muita prática, muita reflexão e muita leitura.

Portanto, levando-se em conta que cada Senador traz em sua fala as marcas de sua região, preservá-las no momento da retextualização, ou seja, da transformação do discurso oral para o escrito, responsabilidade dos taquígrafos revisores, é de fundamental importância. E, posto que o revisor não é o autor do discurso, impor seu próprio estilo em detrimento do estilo do autor leva a uma desconstrução do sentido do texto.

Escrever, portanto, é uma ação em que o sujeito se desenvolve de tal forma, com sua bagagem de conhecimentos e de experiências sobre o mundo e sua linguagem, não existindo esquemas prévios ou roteiros infalíveis que possam substituir tal envolvimento. Não se quer, porém, desmerecer a importância das “dicas” fornecidas de dificuldades reais vivenciadas na produção de textos; quando associadas a muita prática, podem ser úteis e esclarecedoras.

Segundo Garcez (2001, p.7), escrever é uma prática que se articula com a leitura, visto que é improvável que um mau leitor chegue a escrever com desenvoltura, pois é justamente por meio da leitura que assimilamos as estruturas próprias da língua escrita. É pela convivência com textos escritos de diversos gêneros que se vai incorporando às habilidades um efetivo conhecimento da escrita. Seu exercício constante promove a análise e a reflexão sobre os fenômenos e os acontecimentos, tornando as pessoas mais críticas e mais resistentes à dominação ideológica. Além disso, cada parlamentar traz as marcas de sua região em sua fala e que a escolha da estrutura lexical revela características de quem a pronuncia.

Também é importante ressaltar que a modernidade leva, cada vez mais, ao aprimoramento na escrita, pois mesmo navegar ou conversar na Internet exige um convívio especial com a escrita. Cada vez mais são exigidas dos profissionais habilidades mais complexas e sofisticadas para que tenham mais chances no mercado de trabalho. Isso tem a ver com o fato de que a civilização ocidental é regulada pela escrita. O que vale é o que está escrito, pela escrita as pessoas estão atuando no mundo, relacionando-se umas com as outras.

O exercício da redação está diretamente ligado a fatores determinantes tais como: motivação, maturidade, pré-requisito, coerência e fidelidade à idéia originária do texto.

[...] O ato de redigir é a última etapa de um longo processo. Antes de redigir é necessário planejar e ponderar. É fundamental saber não só qual é o ponto de chegada. Sem esse trabalho preliminar, não se consegue produzir um texto marcado pela “ponderação”, “atitude crítica”, posturas essenciais para um texto inteligente e equilibrado. (ERNANI. 1994)

A produção de textos é uma forma de reorganização do pensamento e do universo interior da pessoa (GARCEZ, 2001, p.9). Saber escrever é também compartilhar práticas sociais de diversas naturezas. Essas práticas de comunicação

em sociedade se configuram em gêneros de texto específicos a situações determinadas, pois para cada situação, objetivo, desejo, necessidade há um acervo de textos apropriados. Portanto, percebe-se a importância de que se compreenda que é necessário que o produtor de texto não apenas tenha conhecimentos sobre a configuração de diversos gêneros, mas também saiba quando cada um deles é adequado.

1.3 A Escrita como Processo

A escrita é uma atividade que envolve várias tarefas, às vezes seqüenciais, às vezes simultâneas. O texto somente se constrói e tem sentido dentro de uma prática social. Por isso, o que mobiliza o indivíduo a começar a escrever é a motivação, que, dentro das práticas sociais, pode ser o de emitir ou de defender uma opinião, reivindicar um direito, expressar uma emoção ou sentimento, relatar uma experiência, apresentar uma proposta de trabalho, estabelecer um pacto, regular normas, comunicar um fato, narrar acontecimentos ou apenas provar que sabe escrever bem para ser aprovado numa seleção.

Frente à necessidade de escrever, o processo de escrita já se está desencadeando. O produtor já tem imediatamente em mente algumas informações necessárias ao desenvolvimento dessa tarefa. De acordo com Garcez (2001, p.15), pode-se citar:

- quais os objetivos do texto;
- qual é o assunto em linhas gerais;
- qual o gênero mais adequado aos objetivos;
- quem provavelmente vai ler;

- que nível de linguagem deve ser utilizado;
- que grau de subjetividade ou de impessoalidade deve ser atingido;
- quais as condições práticas de produção: tempo, apresentação e formato.

Essa base de orientação, ou roteiro prévio, é que vai coordenar o trabalho da assessoria do parlamentar ao escrever seus discursos.

Tomadas essas primeiras decisões e providências, pode-se considerar que o texto já está sendo produzido, já está em *processamento*. Geralmente, as pessoas têm como procedimento na primeira etapa:

- fazer anotações soltas, independentes;
- fazer uma lista de palavras-chave;
- anotar tudo o que vem à mente, desordenadamente, para depois cortar e ordenar;
- elaborar um resumo de idéias para depois acrescentar detalhes, exemplos, idéias secundárias;
- construir um primeiro parágrafo para desbloquear e depois ir desenvolvendo as idéias ali expostas;
- escrever as idéias principal e secundárias em frases isoladas para depois interligá-las;
- organizar mentalmente os grandes blocos do texto, escrevê-lo e reestruturá-lo várias vezes.

Em um segundo momento, normalmente se fazem necessários alguns ajustes nos textos. Nesse momento, conforme Garcez (2003, p.18), pode-se passar aos últimos ajustes:

- enfatizar a idéia principal;

- reordenar as informações;
- substituir idéias inadequadas;
- eliminar idéias desnecessárias;
- alcançar maior exatidão para as idéias;
- eliminar incoerências;
- estabelecer hierarquia de idéias;
- criar vínculos entre uma idéia e outra.

Para isso, segundo a mesma autora, geralmente é preciso:

- acrescentar palavras e frases;
- substituir ou eliminar palavras e frases;
- transformar períodos, unindo-os por meio de conectivos ou separando-os por meio de pontuação;
- acrescentar transições entre os parágrafos;
- mudar elementos de lugar, reagrupando-os de forma diferente;
- corrigir problemas gramaticais.

Um fato para o qual sempre se deve estar atento é que alguns produtores de texto são muito reprimidos no processo escolar, tornando-se excessivamente autocríticos, muito exigentes consigo mesmo desde o início do texto. Nesse caso, param a todo instante para resolver questões gramaticais e correm o risco de perder o fio da meada, a direção do raciocínio, e de prejudicar a fluência, a continuidade do texto.

Baseando-se nas afirmações acima, pode-se ainda citar Meserani (1995), quando afirma que as principais dúvidas estão diretamente voltadas à autocorreção e à avaliação, quais aspectos precisam ser revistos. O ideal é que se faça uma

revisão gramatical e textual, além de utilizar os critérios usuais de avaliação como correção, clareza, fluência e originalidade.

1.4 Aspectos Textuais

Para que seja reconhecido ou realizado um bom texto, faz-se necessário que o produtor do texto desenvolva várias habilidades e fique bem atento a componentes do texto que são imprescindíveis para a sua construção, compreensão e finalização, além – é claro – do que já foi falado sobre a colocação de idéias.

A seguir serão tratados aspectos para assegurar a compreensão exata daquilo que se escreve.

1.4.1 Identificação da coerência textual

De acordo com Garcez (2003, p.38), diante de cada texto devem-se identificar as estruturas básicas para compreender seu funcionamento. Assim, pode-se identificar imediatamente se é um poema, uma fábula, um texto dissertativo ou uma redação oficial.

Como a escrita é para ser lida e compreendida a distância, sem a interferência do autor no momento da leitura, requer, portanto, que o autor do texto elabore uma estrutura precisa e clara que assegure ao leitor uma decodificação correta e adequada. A esse respeito há uma referência no texto abaixo, apresentando uma definição do termo “coerência”:

Coerência deve ser entendida como a unidade do texto. Um texto coerente é um conjunto harmônico, em que todas as partes se encaixam

de maneira complementar de modo que não haja nada destoante, nada ilógico, nada contraditório, nada desconexo. No texto coerente, não há nenhuma parte que não se solidarize com as demais. (FIORIN, 2003, p.261).

1.4.2 O papel dos elementos de coesão

Quando se lê com atenção um texto bem construído, não há como se perder entre os enunciados que o constituem, nem entre a noção de conjunto. É possível perceber a conexão existente entre os vários segmentos de um texto e compreender que todos estão ligados entre si.

Segundo Fiorin (2003, p.271), a conexão interna entre os vários enunciados presentes no texto dá-se o nome de coesão. Portanto, são exemplos de textos coesos aqueles cujos enunciados estão organicamente articulados entre si, isto é, quando há concatenação entre eles.

A coesão de um texto ou a conexão entre os vários enunciados não acontece por acaso. Essas relações de sentido só estão presentes no texto graças a uma categoria de palavras: os conectivos ou elementos de coesão.

São várias as palavras que, em um texto, assumem a função de conectivo ou de elemento de coesão:

- as preposições: a, de, para, com, por etc;
- as conjunções : que, para que, quando, embora, mas, e, ou etc;
- os advérbios : aqui, aí, lá, assim etc.

Ao escrever, deve-se ter claro o que se pretende dizer e, uma vez escrito o enunciado, deve-se avaliar se o que foi escrito corresponde àquilo que se queria dizer. A escolha do conectivo é importante, já que é ele que determina a direção que se pretende dar ao texto, é ele que manifesta diferentes relações entre os

enunciados (FIORIN, p.273). Os elementos de coesão contribuem para dar unidade e consistência ao texto.

São considerados elementos de coesão todas as palavras ou expressões que servem para estabelecer elos, para criar relações entre os segmentos do discurso. O uso desses elementos lingüísticos adequadamente vai valorizar o texto e torná-lo mais compreensivo para quem ler.

De acordo com Fiorin (2003, p.279), o que se coloca como mais importante no uso desses elementos de coesão é que cada um deles tem um valor típico. Além de ligarem partes do discurso, estabelecem entre elas um certo tipo de relação semântica: causa, finalidade, conclusão, contradição.

Dessa forma, cada elemento de coesão manifesta uma relação distinta. O que geralmente acontece é que muitas pessoas, ao redigir, não atentam para as diferentes relações que esses elementos manifestam e acabam empregando-os mal, criando, com isso, paradoxos semânticos.

Cabe ao sujeito, no ato de redigir, atentar para o fato de que esses elementos não são formas vazias que podem ser substituídas entre si, sem nenhuma conseqüência. “Pelo contrário, são formas lingüísticas portadoras de significado e exatamente por isso não se prestam para serem usadas sem critério” (FIORIN, p.279). A coesão do texto fica afetada quando se usa o elemento de coesão de forma inadequada.

Para que se possam aplicar todos os conhecimentos adquiridos e se consiga um direcionamento na construção de texto, deve-se fazer do ato de redigir um exercício da capacidade de assimilar e empregar os conhecimentos de forma organizada.

2. O DISCURSO PARLAMENTAR E A MULTIPLICIDADE DE FATORES QUE ENVOLVEM A SUA REDAÇÃO

O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 44, Constituição Federal). As matérias, após aprovação na Câmara dos Deputados, seguem ao Senado Federal, a casa legislativa que funciona como Casa revisora e moderada. Para tanto, seu aspecto moderador também se manifesta na fala de seus membros: os Senadores da República, representantes dos Estados e do DF.

A função precípua da Taquigrafia consiste no registro e na revisão dos discursos proferidos pelos parlamentares com base na norma padrão.

No Senado Federal, a Taquigrafia é dividida em três setores: Apanhamento, Revisão e Supervisão.

Os taquígrafos do Apanhamento e da Revisão trabalham com excertos, ou seja, pequenos trechos da fala de um orador. O taquígrafo do Apanhamento registra a fala do Senador por dois minutos, o que não lhe permite, na maioria das vezes, entender o que o orador está querendo dizer. O taquígrafo revisor, por sua vez, já faz o registro por dez minutos, ainda assim um trecho de fala pequeno, o que também dificulta a decisão de alteração ou a eliminação, a título de enxugamento ou maior clareza do texto, de expressões ou palavras. A Supervisão, esta sim, tem acesso ao discurso por inteiro, visto que é o setor responsável pela montagem da sessão.

Portanto, levando-se em conta que cada Senador traz em sua fala as marcas de sua região, preservá-las no momento da retextualização, ou seja, da

transformação do discurso oral para o escrito, responsabilidade dos taquígrafos revisores, é de fundamental importância. E, posto que o revisor não é o autor do discurso, impor seu próprio estilo em detrimento do estilo do autor leva a uma desconstrução do sentido do texto, e dar inteligibilidade ao texto não significa mudar palavras. Muitas vezes, uma simples pontuação resolveria o problema. Manter o que foi dito, portanto, é a garantia da direção argumentativa. Procedendo-se assim, ao se lerem discursos de diversos Senadores não se terá a impressão de que apenas o assunto é diferente.

Koch (1992) afirma que o texto falado apresenta uma sintaxe característica, sem deixar de ter, como fundo, a sintaxe geral da língua. Assim, a substituição ou eliminação de expressões ou palavras pode alterar o sentido que o orador quis dar a sua fala.

O presente trabalho pretende dar subsídios a que os revisores, no futuro, possam tomar decisões em relação à gramática, garantindo, no entanto, o registro histórico verdadeiro.

O discurso parlamentar distingue-se no que se refere à sua produção por ser considerado uma eficiente estratégia no direcionamento de tomada de decisões, cujo objetivo é usar a argumentação de modo a induzir o ouvinte a concordar, ou não, com determinado assunto. É um texto em que a introdução, o desenvolvimento e a conclusão são componentes indispensáveis, e igualmente possíveis de comportar diversidade de construção.

É importante lembrar que o êxito do processo comunicativo não se restringe à emotividade, pois a força argumentativa coerentemente organizada é de grande relevância para que o orador se faça compreender e também acreditar.

Cabe também ressaltar que esse tipo de redação tem sua própria organização no que se refere à estética, à aplicação e ao desenvolvimento:

Art. 14. O Senador poderá fazer uso da palavra:

I – nos sessenta minutos que antecedem a Ordem do Dia, por vinte minutos;

II – se líder:

a) por cinco minutos, em qual quer fase da sessão, excepcionalmente, para comunicação urgente de interesse partidário;

b) por vinte minutos, após a Ordem do Dia, com preferência sobre os oradores inscritos;

III – na discussão de qualquer proposição (art. 273), uma só vez, por dez minutos;

[...]

VI – para explicação pessoal, em qualquer fase da sessão, por cinco minutos, se nominalmente citado na ocasião, para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada, com essa finalidade, a mais de dois oradores na mesma sessão;

VII – para comunicação inadiável, manifestação de aplauso ou semelhante, homenagem de pesar, justificação de proposição, uma só vez, por cinco minutos;

VIII – em qualquer fase da sessão, por cinco minutos:

a) pela ordem, para indagação sobre andamento dos trabalhos, reclamação quanto à observância do Regimento, indicação de falha ou equívoco em relação à matéria da Ordem do Dia, vedado, porém, abordar assunto já resolvido pela Presidência;

b) para suscitar questão de ordem, nos termos do art. 403;

c) para contraditar questão de ordem, limitada a palavra a um só Senador;

IX – após a Ordem do Dia, pelo prazo de cinqüenta minutos, para as considerações que entender (art. 176); [...]

Como ficou comprovado, trata-se de um tipo específico de redação, mas que em nada difere no tocante aos cuidados na elaboração dos textos, abordados nos capítulos anteriores, exigindo-se uma formação mais apurada, como veremos no decorrer da pesquisa. Cada item das normas para boa elaboração da redação tem que ser aplicado nesse ato específico de redigir o discurso, pois a ela está destinada toda uma carga pessoal emotiva e argumentativa.

O discurso parlamentar, como foi dito anteriormente, deve ser redigido em perfeita consonância com a norma culta, por meio de uma argumentação coerente e eficaz. Baseado no que afirma Paiva (2004, p.23), “o manuseio da linguagem

encerra relação de poder que permeia o veicular de informações, alma do processo comunicativo, efetivado mediante a contextualização sociocultural do ato lingüístico”.

São importantes o discurso, a sua produção, o manuseio da linguagem e a relação de poder quando se foca a gramática normativa, quando valores e ideologias encontram-se inevitavelmente associados à língua, mesmo dizendo não ser justificado nenhuma justificativa, já que basta que sejam feitos ajustes para permitir a ampliação ou a redução da faixa de receptores: sintaxe, quadro referencial e léxico são recursos que podem, ou não, dificultar a compreensão da mensagem.

Nisso, podemos nos referendar em Paiva (2004), que afirma que evidentemente, a prescrição da norma culta no discurso parlamentar justifica-se tanto pelo fórum em que será proferido ou pela preservação do próprio idioma. Mas ainda podemos detectar que em alguns casos existe a possibilidade de o parlamentar fazer dele um instrumento de aproximação ou de distanciamento em relação ao público-alvo.

2.1 Passos que Antecedem a Redação do Discurso

O ato de redigir, como vem sendo citado em todo o desenvolvimento do trabalho, necessita de todo um envolvimento, desde a fidelidade ao tema até à observância de quesitos básicos e indispensáveis na construção de diversos outros tipos de textos.

De acordo com Paiva (2004, p. 29), é comum redigir um parágrafo introdutório de caráter genérico que vá permitindo a conexão com o objeto do discurso. Quanto às bases de elaboração, um dos caminhos apontados é partir da

palavra do tema a ser tratado para fazer uma citação, como base do discurso, e essa palavra-chave guiar o desenvolvimento do texto. Outra importante estratégia traz subsídios sobre como pode ser construído esse texto:

[...] outra importante estratégia de elaboração do discurso parlamentar vem a ser a construção de metáforas. Esta riquíssima figura de linguagem, que prevê, em decorrência de uma associação de idéias, a transposição de uma palavra para campo semântico diverso, enriquecendo seu significado, segundo Mattoso Câmara Jr., é “meio valiosíssimo para agradar, suggestionar e convencer”. (Manual, 2001, apud PAIVA 2004, p.30)

A experiência pessoal do produtor de texto somada à criatividade, como em qualquer outro tipo de redação, pode enriquecer ou reforçar o caráter de argumentação. Mas também devem ser resguardados todos os cuidados na elaboração de textos com menor carga apelativa.

O processo de elaboração de um discurso, na maioria das vezes, é deflagrado mediante solicitação direta do parlamentar a sua assessoria, quando o parlamentar lista todas as informações que considera pertinente, visando oferecer subsídios para que sua assessoria promova a elaboração do discurso, baseada nas suas informações, mas com as técnicas necessárias, a organização e a estrutura que a equipe profissional encarregada de elaborar já possui como conhecimento e experiência. Abaixo relataremos alguns passos fundamentais de acordo com as informações pesquisadas por Paiva (2004):

- preenchimento de formulário onde são listadas as informações pertinentes (se discurso de Grande ou Pequeno expediente, ou destinado à sessão solene, pontos a abordar, desejo de contato com o consultor etc.), ou mais facilmente por intermédio do sistema eletrônico que interliga os gabinetes;

- verificar a qual partido o parlamentar pertence e se há um perfil que o distinga dentro do grupo político em que atua;
- pesquisar sobre o tema, buscar informações por meio de diversas fontes de consulta (livros, revistas, bibliotecas, Internet);
- pode-se fazer uso de questionários sucessivos;
- estabelecer analogias, riquíssimo recurso usado como forma de estabelecer relações entre coisas e fatos, tornando o assunto mais significativo;
- fazer uso de questionamentos sucessivos que capturem a atenção da audiência e a façam refletir;
- resgatar personagens e histórias gregas dos livros para traçar um paralelo com a história atual – antiga X contemporânea – que possa ilustrar o discurso;
- outro recurso é recorrer a trechos de poesia e música, que oferecem a oportunidade de interligar determinados assuntos;
- outra estratégia é a elaboração do discurso utilizando metáforas, isto é, a transposição de uma palavra de um campo semântico para outro;
- é lícito recorrer a trechos de filmes e narrativas, alegorias, fábulas ou qualquer outro relato que guarde alguma correlação com o tema do discurso;
- a experiência pessoal do redator é de suma importância na transmissão de conceitos a fim de determinar a base de um discurso;
- usar um pouco de criatividade, de perspicácia, de conhecimentos partilhados e de mundo (KOCH & TRAVAGLIA apud PAIVA, 2004, p.30).

Na verdade, toda e qualquer informação pode constituir um ponto de referência que pode deflagrar o processo de construção de um discurso parlamentar. Mas não é objetivo deste trabalho esgotar a descrição dos recursos de que é possível lançar mão para redigir um discurso parlamentar. É, sobretudo, apontar que esse material pode servir a que mais e mais desdobramentos possam acontecer, dependendo do assunto.

3. O CORPUS

O corpus é constituído pelo discurso proferido pelo Senador José Agripino (PFL – RN), na tribuna do Senado Federal, em 8 de novembro de 2004, com apartes dos Senadores José Jorge (PFL – PE) e Heráclito Fortes (PFL – PI), e pelas modificações feitas no referido discurso pelos taquígrafos do Apanhamento, da Revisão e da Supervisão.

Os referidos discursos estão em anexo, sendo o discurso original o Anexo A; o discurso modificado/Apanhamento, Anexo B; o discurso modificado/Revisão, Anexo C; e o discurso modificado/Supervisão, Anexo D.

Para facilitar a localização dos exemplos citados no decorrer da análise, as linhas foram numeradas e os trechos analisados foram grafados em **negrito itálico**.

4. A REVISÃO E AS NORMAS LINGÜÍSTICAS

Desenvolvida a habilidade para registrar e organizar idéias e fatos, passa-se então ao trabalho de análise ou, ainda, à correção dos erros básicos, que geralmente ocorrem ao registrar as palavras, frases ou orações.

Segundo Fiorin (2003, p.231), quando se trata da escrita de textos em linguagem formal é exigida a observância da norma culta. É preciso respeitar as convenções impostas pelo consenso daqueles que usam esse tipo de linguagem.

A função principal da Taquigrafia Parlamentar consiste no registro e na revisão dos discursos proferidos da tribuna do Senado Federal, com base na norma padrão.

A questão mais discutida entre os revisores é como estabelecer o limite dessa interferência. O problema principal é que a título de enxugamento ou de embelezamento do texto, sob o pretexto de dar-lhe mais inteligibilidade, o revisor altere, corte ou mude de lugar palavras e expressões, impondo seu próprio estilo em detrimento do estilo do orador.

Uma análise mais profunda de cada termo, no entanto, leva à conclusão de que esse procedimento pode desconstruir o sentido do texto. Outras vezes, o revisor pode desconsiderar o uso não-padrão da língua já aceito pela comunidade lingüística em que o orador está inserido. E, como a língua não é estática, também é comum a ocorrência de neologismos no discurso político. Quem nunca ouviu falar em “showmício”, “propinoduto”, “valerioduto”, “mensalão”, entre outros, freqüentemente na mídia e no meio político, sobretudo agora com o escândalo envolvendo membros do Partido dos Trabalhadores, partido do Governo?

Não é possível, portanto, desconsiderar tais palavras no discurso sob a alegação de que não fazem parte do léxico oficial constante do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Somente com o passar do tempo, se consagradas pelo uso, é que serão incorporadas aos dicionários.

Pode-se dizer que neologismos retratam a sociedade de determinada época, devendo, pois, ser registrados para garantir o registro histórico fiel, principalmente no caso dos discursos políticos. Os neologismos (CARVALHO, 1989), além de mostrar a criatividade de seus falantes, têm profunda ligação com as manifestações do mundo exterior e as mais diversas áreas de conhecimento.

Além disso, as variantes não podem ser classificadas como fáceis ou bonitas, erradas ou certas, deselegantes ou elegantes, mas simplesmente diferentes (FIORIN, 2004).

Koch (1992, p.69) afirma que o texto falado apresenta-se “em se fazendo”, ou seja, em sua própria gênese, tendendo, pois, “pôr a nu” o próprio processo de sua construção. O texto falado, portanto, apresenta uma sintaxe característica sem deixar de ter, como pano de fundo, a sintaxe geral da língua. Assim, tendo-se em mente que o sentido, na maioria das vezes, não está no texto, mas se constrói baseado nele, reproduzimos uma metáfora apresentada por Koch (2000, p.25):

Como um *iceberg*, todo texto possui apenas uma pequena superfície exposta e uma imensa área imersa subjacente. Para se chegar às profundezas do implícito e dele extrair um sentido, faz-se necessário o recurso a vários sistemas de conhecimento e a ativação de processos e estratégias cognitivas e interacionais.

Há, ainda, outra questão importante a ser abordada. Por trabalhar com fragmentos do discurso, o revisor não tem a noção global do tema que está sendo

tratado. Difícil, pois, em um pequeno trecho da fala de dez minutos – o taquígrafo de apanhamento tem uma visão ainda menor, pois registra apenas dois minutos –, decidir pelo corte ou pela alteração de palavras e de expressões. Levando-se em conta que o orador faz uma escolha lexical mais apropriada ao que pretende dizer, o revisor deve ter a percepção do porquê de uma escolha e não outra no contexto dado. Claro, portanto, que o revisor dificilmente tem a percepção desse contexto, visto que o seu trabalho se resume à revisão de excertos. E como transformar a linguagem oral em linguagem escrita é a problemática que nem sempre as gramáticas resolvem ou os manuais abordam, fica a critério do revisor finalizar o texto, o que faz, na maioria das vezes, imprimindo seu próprio estilo em detrimento do estilo do orador.

Além disso, dependendo da extensão do discurso, vários revisores se alternam na modificação do texto, o que gerará uma miscelânea devido à interferência pessoal de cada um. Tome-se como exemplo o seguinte: se, no início do discurso, o orador opta pela palavra “botar”, mas o revisor troca por outra que lhe parece mais adequada, por exemplo, “colocar”, e o revisor seguinte respeita a escolha lexical do orador e mantém a palavra “botar” em outro trecho do discurso, essa interferência determina a descaracterização do estilo e, o pior, a desconstrução do sentido. Não há, portanto, razão para trocar o certo pelo certo.

A grande dúvida do revisor, portanto, é como fazer a retextualização, ou seja, transformar o discurso falado em texto escrito, não se esquecendo de que o texto não lhe pertence e quanto menos interferir possibilitará a que a mensagem chegue ao destinatário tal como pretendida pelo orador.

5. REVISÃO: FIDELIDADE AO SENTIDO PRETENDIDO PELO ORADOR

É exatamente isto que faremos agora: mostraremos que pontos do discurso foram modificados e como isso pode comprometer o entendimento do sentido pretendido pelo orador.

Na linha 2 do discurso original, o Senador assim fala:

(Exemplo 1) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, **veja V. Ex^a**, não há, no plenário, nenhum Senador [...]

Já na linha 2 dos discursos modificados (apanhamento, revisão e supervisão), opta-se por modificar “*veja V. Ex^a*” por “*vejam V. Ex^a*”. Por que tal alteração? Quando o orador dá ênfase a “*veja V. Ex^a*”, ele se dirige unicamente ao Senador que está presidindo a sessão; em nenhum momento dirige-se aos demais Senadores.

Nas linhas 6 e 8 do discurso original, o orador demonstra intimidade com o presidente de seu partido ao se referir ao mesmo com o pronome *e/e*, sem o tratamento de “excelência”.

(Exemplo 2) **Falou** com propriedade, com espírito público e com determinação.

Ele, como eu, temos [...]

O apanhamento, revisão e supervisão optaram por alterar a forma de tratamento para “excelência”, impondo uma barreira de hierarquia – que parece não existir – entre o Senador e o presidente do seu partido.

Ao se referir ao Presidente da República (linha 28 e 29), o orador nomina de qual partido Sua Excelência é, frisando bem, pois diz que é *do “PT”* e confirma, *“do Partido dos Trabalhadores”*.

(Exemplo 3) [...] mas foram editadas pelo Presidente da República, ***que é do PT, do Partido dos Trabalhadores.***

O revisor retira “do PT” e deixa apenas “do Partido dos Trabalhadores”. Ou seja, o partido do Presidente da República deixa de ser um ponto importante no discurso.

Em outra parte do discurso original (linhas 39 a 43), o orador usa de seu estilo pessoal de falar, isto é, conversar com o(s) seu(s) ouvinte(s).

(Exemplo 4) ***Querem o quê? Vota, vota, vota? Como vota, vota? Vota irresponsavelmente? Sem debate? Com o PFL não vão contar. Com certeza, com o PSDB não vão contar. Com certeza, com o PDT não vão contar. Contarão, sim, para votar com consciência, depois do debate estabelecido.***

O revisor, no entanto, ao transformar o discurso oral em escrito (linhas 37 a 41), faz uma alteração em que descaracteriza o estilo do orador. Transforma a fala em um discurso meramente escrito, destes que muitos oradores costumam fazer: assomam à tribuna e simplesmente lêem um discurso previamente escrito.

(Exemplo 5) ***O que querem quando nos pedem seguidamente para votar? Votar irresponsavelmente? Sem debate? Com o PFL, não vão contar. Com certeza, com o PSDB não vão contar. Da mesma forma, não contarão com o PDT. Contarão, sim, para votar com consciência, depois do debate estabelecido.***

Uma outra característica do orador é a recorrência a palavras e frases (linhas 62, 69, 163, 164 e 208, do discurso original), o que faz para enfatizar o que está falando, recuperando.

(Exemplo 6) [...] ***uma medida provisória a mais, uma medida provisória a mais [...]***

Nunca. Nunca.

[...] não contem conosco! Não contem conosco.

Ela tem que ser retirada. Ela tem que ser retirada.

Ao fazer a retextualização, o revisor opta por eliminar as expressões repetidas, o que fere o estilo do orador e altera a direção argumentativa (linhas 58 e 59, 66, 156 e 157, 198 e 199, do discurso modificado – supervisão).

(Exemplo 7) [...] ***uma medida provisória a mais [...]***

Nunca.

Para votar a toque de caixa, não contem conosco.

Penso que ela não pode nem deve ser derrubada. Ela tem que ser retirada.

Nas linhas 199 a 201 do discurso original, o orador externa seu ponto de vista ao dizer que o Governo, ao votar as matérias, passa por cima do interesse nacional. O taquígrafo do apanhamento, por ter uma visão menor, visto que registra apenas dois minutos da fala de um orador, faz uma alteração que deixa o texto sem sentido. A revisão e a supervisão, embora tenham uma visão maior, também optam por alterar o texto, alterando a direção argumentativa e desconstruindo o sentido pretendido pelo orador.

(Exemplo 8/discurso original)

[...] não pense V. Ex^a que farei acordo para votar matérias que são do interesse nacional, passando por cima do interesse nacional, que é nosso dever de Oposição defender, que é a moralidade, que é a constitucionalidade.

(Exemplo 9/Apanhamento linhas – 197 a 200)

[...] não pense V. Ex^a que farei acordo para votar matérias que passam por cima do interesse nacional. É nosso dever da Oposição defender a moralidade, a constitucionalidade.

(Exemplo 10/Revisão e Supervisão – linhas 191 a 194)

[...] não pense V. Ex^a que farei acordo para votar matérias que são do interesse nacional e que passem por cima do interesse nacional. É nosso dever de Oposição defender a moralidade, a constitucionalidade.

Por último, há uma referência, na fala do orador, a uma Senadora em específico – Senadora Lúcia Vânia – que é simplesmente suprimida de todos os textos modificados (linhas 185 e 186).

(Exemplo 11) ***Nunca se cogitou em a ele dar foro especial, Senadora Lúcia Vânia.***

Vejamos agora algumas alterações feitas que tornaram o texto mais limpo, mais claro, sem que o estilo do orador tenha sido alterado.

(Exemplo 12/discurso original – linhas 46, 47 e 48; 61; 75; e 162)

[...] se alastraram por todas as revistas de circulação nacional e por todos os jornais de circulação pelo Brasil inteiro [...]

[...] cobra de V. Ex^a e de mim e de V. Ex^{as} [...]

O que que nos resta a nós, da Oposição?

[...] somos obrigados a isso e fazemos isso por dever democrático [...]

As alterações feitas, sem que o sentido do texto tenha sido alterado, conferiram maior clareza ao discurso. Seguem abaixo as alterações:

(Exemplo 13/Revisão e Supervisão – linhas 44 e 45; 58; 71; e 155)

[...] se alastraram por todas as revistas e jornais de circulação nacional [...]

[...] cobra de mim e de V. Ex^{as} [...]

O que nos resta, a nós, da Oposição?

[...] somos obrigados a isso e o fazemos por dever democrático [...]

O que fica claro, portanto, é que mudanças podem e devem ser feitas, mas impor estilo próprio pode significar a desconstrução do sentido que o orador, explícita ou implicitamente, quis dar ao seu texto. Não se justifica, por exemplo, trocar palavras por entender que um orador faz uso delas repetidamente e que isso deixa o texto “pobre”. Em um discurso longo, a recorrência ao mesmo léxico torna mais fácil a recuperação da informação por parte de quem ouve e de quem lê.

É preciso esclarecer, por fim, que não é objetivo desta monografia, ao apresentar essa lista de erros mais freqüentes, trazer a solução para eles, mas, sim, apontá-los. Quanto a evitá-los, é preciso ter sempre em mente que não somos autores do discurso, apenas seus revisores.

CONCLUSÃO

Como se enfatizou no presente trabalho, o ato de escrever ou de produzir textos são atividades extremamente necessárias no nosso cotidiano, tanto na vida escolar como na vida profissional. Entretanto, verificamos que a maioria das pessoas apresenta dificuldades no momento em que se depara com isso.

No decorrer do trabalho, foram apresentadas as principais dificuldades encontradas pelas pessoas diante do ato de redigir os textos de forma geral, analisando os mitos que o cercam: que escrever seria um dom de poucas pessoas; um ato espontâneo que não exige empenho; uma questão que se resolve com algumas dicas; um ato isolado, desligado da leitura; algo desnecessário no mundo moderno; um ato autônomo desvinculado das práticas sociais.

Também foi abordado no trabalho que a escrita é um processo que envolve várias tarefas, às vezes seqüenciais, às vezes simultâneas, como, por exemplo, estabelecer a necessidade de escrever, definir objetivos do texto, organizar idéias e corrigir problemas gramaticais.

Conforme o presente trabalho, para que seja realizado um bom texto, ainda devemos levar em consideração aspectos textuais importantes para a sua construção, compreensão e finalização – coerência, coesão e textualidade –, além de se fazer uma análise em relação às normas lingüísticas – ortografia, sintaxe, morfologia e léxico.

Também verificamos a necessidade de fazer um estudo sobre a redação de textos de forma geral para, depois, aprofundarmos na produção de texto mais específico – discurso parlamentar – nosso objetivo final. Ressalta-se ainda que o

discurso parlamentar possui características próprias de estrutura, como foi demonstrado nos passos que antecedem a sua redação.

Nesta monografia quisemos deixar claro que o ato de redigir requer um exercício contínuo da língua, principalmente do conhecimento e do exercício da língua culta, pois ela vai envolver todo o pré-requisito nosso no que se refere à gramática, à semântica, à ortografia e às noções de estética do texto etc. No caso específico de texto de discurso parlamentar, faz-se necessário todo esse conhecimento retratado nos capítulos anteriores acrescido das regras específicas de elaboração desse tipo de texto.

Com a montagem desse referencial teórico, portanto, esperamos estar contribuindo para oferecer noções gerais sobre o ato de redigir em si, algumas considerações sobre a elaboração do discurso parlamentar e, sobretudo, despertar o interesse para que outras pessoas aprofundem as pesquisas sobre o tema com o intuito de complementar o nosso trabalho, visando atender às necessidades de aumentar a literatura sobre os estudos desenvolvidos acerca de tipos específicos de textos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição 1988. *Constituição da República do Brasil*. 18. ed. Rio de Janeiro: Editora, 2005.

BRASIL. Senado Federal. *Regimento Interno consolidado e normas conexas*. Brasília: Secretaria Especial de Editorações e Publicações, 2003.

CARVALHO, Nelly. *Empréstimos lingüísticos*. São Paulo: Ática, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise de discurso: repensando a língua portuguesa*. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FIORIN & PLATÃO. *Para Entender o Texto: Leitura e Redação*/José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli. São Paulo: Ática, 2003.

GARCEZ, Lucília H. do Carmo. *Técnica de Redação: o que é preciso saber para bem escrever*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Argumentação e Linguagem*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

MESERANI, Samir Curi. *Redação Escolar: Criatividade*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1995.

PAIVA, Claudia Gomes. *Discurso Parlamentar: bases para elaboração ou como é que se começa?* Brasília: ASLEGIS, 2004.

SAVIOLI, Francisco P.; FIORIN, José L. *Manual do candidato: português*. 2.ed. Brasília: FUNAG, 2001.

BIBLIOGRAFIA

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. 14. reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BRASIL. Constituição 1988. *Constituição da República do Brasil*. 18. ed. Rio de Janeiro: Editora, 2005.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA. Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento. *Normas para elaboração de monografias dos cursos de pós-graduação lato sensu*. Brasília, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FÁVERO, Leonor L.; ANDRADE, Maria Lúcia C.V.O.; AQUINO, Zilda G.O. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino da língua materna*. São Paulo: Cortez, 1999.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise de discurso: repensando a língua portuguesa*. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FIORIN & PLATÃO. *Para Entender o Texto: Leitura e Redação*/José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli. São Paulo: Ática, 2003.

GARCEZ, Lucília H. do Carmo. *Técnica de Redação: o que é preciso saber para bem escrever*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Argumentação e Linguagem*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

MAGALHÃES, Célia. *Reflexões sobre a análise crítica do discurso: estudos lingüísticos 2*. Belo Horizonte, MG: Editora Fale – UFMG, 2001.

PAIVA, Claudia Gomes. *Discurso Parlamentar: bases para elaboração ou como é que se começa?* Brasília: ASLEGIS, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. *Discurso e leitura*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PEDRO, Emília (Org.). *Análise do discurso crítica*. Lisboa: Caminho Editorial, 1997.

SAVIOLI, Francisco P.; FIORIN, José L. *Manual do candidato: português*. 2.ed. Brasília: FUNAG, 2001.

SERAFINI, Maria Teresa. *Como escrever textos*. 12.ed. Tradução de Maria Augusta Barros de Matos. Adaptação Ana Maria Marcondes Garcia. São Paulo: Globo, 2004.

SILVA, Denize Elena Garcia, VIEIRA, Josênia Antunes. *Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos*. Brasília: Plano Editora: Oficina Editoria do Instituto de Letras, UnB, 2002.

VIEIRA, Josênia Antunes, SILVA, Denize Elena Garcia. *Práticas de análise de discurso*. Brasília: Plano Editora: Oficina Editorial do Instituto de Letras, UnB, 2003.

ANEXOS

ANEXO A – DISCURSO ORIGINAL

(1) **O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do
(2) orador.) – **Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores**, veja V. Ex^a, não há, no
(3) plenário, um único Senador da Base do Governo.

(4) Aqui, acabamos de ouvir um primoroso discurso do Senador Jorge
(5) Bornhausen, Presidente do PFL, ex-Ministro da Educação, tratando de um
(6) assunto de primordial importância para o nosso País, que é a educação. **Falou**
(7) com propriedade, com espírito público e com determinação.

(8) **Ele, como eu**, temos a consciência absoluta de que o crescimento
(9) deste País não se dará enquanto o Brasil não for competitivo, por melhoria do
(10) padrão de produtividade. Nós não teremos, Sr. Presidente, crescimento
(11) sustentado enquanto não formos competitivos, não tivermos bons índices de
(12) produtividade comparados aos índices de produtividade dos países com que o
(13) Brasil compete e não tivermos um capital humano qualificado, capital humano
(14) que se vai qualificar pela educação de bom padrão.

(15) Veja, o Presidente do PFL fez um primoroso discurso sobre
(16) educação, pensando no futuro do País, pensando no capital humano do País,
(17) na produtividade, suscitando o debate de uma coisa que significa a essência do
(18) próprio País. O Senador José Jorge, Vice-Presidente do PFL, clama pela
(19) votação da reforma do Judiciário.

(20) Sr. Presidente, há os que dizem, existem os que dizem que a
(21) Oposição está criando dificuldades ao bom andamento do Congresso e está
(22) dificultando o andamento do País. O Senador José Jorge acabou de fazer um

(23)apelo às Lideranças para que se votem as emendas do Judiciário. Ele fez um
(24)apelo pelo entendimento em torno de medidas provisórias que estão impedindo
(25)o andamento dos trabalhos desta Casa.

(26)Senador José Jorge, há perto de 30 medidas provisórias que não
(27)foram editadas nem pelo Senador Jorge Bornhausen, nem por mim nem por V.
(28)Ex^a, mas foram editadas **pele Presidente da República, que é do PT, do**
(29)**Partido dos Trabalhadores**, e que elas, sim, estão obstaculizando o
(30)andamento dos trabalhos no Congresso.

(31)Há no Senado, neste momento, três MPs obstaculizando o
(32)andamento dos trabalhos normais, inclusive a apreciação das emendas às
(33)quaisV. Ex^a se refere: as emendas da reforma do Judiciário. Duas das MPs têm
(34)urgência, têm relevância, são importantes e vamos votar, que são matérias que
(35)dizem respeito a recursos decorrentes do fundo de exportação. Uma outra,
(36)polêmica, diz respeito a chip a ser introduzido nos televisores, matéria polêmica
(37)que vai suscitar debate. Há os que dizem que nós estamos, nós da Oposição,
(38)estamos criando dificuldade ao bom andamento dos trabalhos do Congresso.

(39)**Querem o quê? Vota, vota, vota? Como vota, vota? Vota**
(40)**irresponsavelmente? Sem debate? Com o PFL não vão contar. Com**
(41)**certeza, com o PSDB não vão contar. Com certeza, com o PDT não vão**
(42)**contar. Contarão, sim, para votar com consciência, depois do debate**
(43)**estabelecido.**

(44)O que me traz à tribuna no dia de hoje é a constatação desses fatos,
(45)Sr. Presidente, e um alerta. Eu não sei se V. Ex^a se recorda das denúncias que
(46)começaram por uma revista, a revista IstoÉ, e depois se alastraram **por todas**
(47)**as revistas de circulação nacional e por todos os jornais de circulação pelo**

(48)**Brasil inteiro**, denunciando S. Ex^a o Presidente do Banco Central com relação a
(49)incorreções na declaração de bens e na remessa ilegal de recursos pela conta
(50)CC-5.

(51)O Senado, cumprindo a sua obrigação, reuniu-se pela sua Comissão
(52)de Assuntos Econômicos e aprovou um requerimento – que eu subscrevi – de
(53)convite a S. Ex^a, para que ele viesse aqui dar as explicações que, eu tenho a
(54)impressão de que ele tem para dar, para explicar as denúncias que foram
(55)manchete de jornal por dias e dias e que foram capa de revistas por edições e
(56)edições. Não é uma matéria qualquer, não foi um fato corriqueiro que levou a
(57)Comissão de Assuntos Econômicos a se reunir e fazer o convite ao Dr. Henrique
(58)Meirelles para que ele aqui viesse.

(59)Senador José Jorge, Senador Heráclito Fortes, Senador Osmar Dias,
(60)a resposta à providência que nós tomamos em nome da decência do padrão
(61)ético que o povo do Brasil **cobra de V. Ex^a e de mim e de V. Ex^{as}** foi a edição
(62)de **uma medida provisória a mais, uma medida provisória a mais** para
(63)blindar o Sr. Henrique Meirelles. Blindar como? Dando a ele o status de Ministro
(64)para que ele só pudesse ser julgado na esfera do Supremo Tribunal Federal.

(65)Durma com um barulho desse, Sr. Presidente! Durma-se com um
(66)barulho desse! Quantos presidentes de Banco Central, no passado, Senador
(67)Osmar Dias, tiveram dificuldades, denúncias e tiveram que se explicar? Muitos.
(68)Houve alguma iniciativa, de algum governo, de blindar esse ou aquele
(69)presidente do Banco Central com foro especial na Justiça? **Nunca. Nunca.**
(70)Mas, este Governo, não. Este Governo, que é pródigo na edição de medidas
(71)provisórias, tomou a iniciativa, após o Senado convidar S. Ex^a para depor e
(72)para trazer as explicações que eu acho que ele tem para dar, o Governo cuidou

(73)de dizer que ele não tem não para dar e é preciso que se blinde S. Ex^a com uma
(74)medida provisória que dê a ele foro especial. É o que posso entender.

(75)**O que que nos resta, a nós, da Oposição?** Entrar com ação direta
(76)de inconstitucionalidade, por entender que a matéria não é urgente, não é
(77)relevante e nem é legal. E o PFL e o PSDB entraram. Entraram com uma Ação
(78)Direta de Inconstitucionalidade junto ao Supremo, a de nº 32/89, para solicitar
(79)que aquela matéria não fosse tratada por medida provisória. Se quisesse dar
(80)foro especial até se colocasse um projeto de lei nesse sentido para que ele
(81)fosse debatido, mas não por medida provisória, em cima de uma denúncia
(82)maculando a imagem do titular do Banco Central e maculando a imagem das
(83)instituições. O Congresso teria que engolir, goela abaixo, uma determinação
(84)que, emitida, entrava em eficácia imediatamente. Entramos com uma Adin.

(85)Senador José Jorge, me desculpe V. Ex^a, tenho todo interesse em
(86)votar as emendas da reforma do Judiciário, todo o interesse. Agora, V. Ex^a,
(87)como eu, não vai querer nem conviver com ilegalidades nem vai querer votar
(88)nada a toque de caixa, sem debater. Há medidas que têm que ser debatidas à
(89)exaustão; há MPs em pauta que têm que ser apreciadas; e há MPs que vão
(90)chegar.

(91)Senador José Jorge, V. Ex^a se lembra que o PFL, o PSDB, o PDT
(92)tentaram desesperadamente reunir a Comissão Mista para avaliar a medida
(93)provisória que instituíra a figura nova do Presidente do Banco Central com
(94)status de Ministro de Estado. E V. Ex^a se lembra de que o esforço levado a
(95)efeito pelos partidos de Oposição foi compensado pela ausência completa dos
(96)partidos do Governo, que boicotaram a reunião para que não houvesse relator,
(97)não houvesse relatório e a matéria transitasse normalmente para haver um

(98)relator em plenário, para que a maioria governista, se porventura existisse,
(99)fizesse com que o Senado engolisse goela abaixo uma matéria que nós, do PFL
(100)e do PSDB, entendemos que é ilegal, não é urgente nem é relevante.

(101)**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

(102)**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Não sei se é permitido, Sr.
(103)Presidente!

(104)**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – O Presidente chegou agora!

(105)**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Com o maior prazer,
(106)concedo um aparte a V. Ex^a, Senador José Jorge.

(107)**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador José Agripino, eu
(108)gostaria, inclusive, de comunicar a V. Ex^a que o Procurador-Geral da
(109)República entrou hoje com uma representação...

(110)**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Tenho em mãos a decisão.
(111)Vou ler para V. Ex^a.

(112)**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – ...contra o Presidente Lula
(113)exatamente por conta dessa medida provisória, porque ela não é urgente, ela
(114)não é relevante e nem constitucional ela é. Então, acho que não devemos
(115)votar essa medida provisória. Evidentemente, ela ainda está na Câmara, e
(116)espero que seja rejeitada na Câmara. E particularmente, com relação à
(117)medida provisória dos chips, eu acho que a decisão nossa, da Oposição,
(118)inclusive, se possível, de comum acordo com o Governo, era rejeitar a
(119)matéria exatamente por ela não atender os preceitos de urgência e
(120)relevância para os quais as medidas provisórias têm que cumprir. Muito
(121)obrigado.

(122)**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna. PMDB – PB) – A

(123)Presidência pede que os apartes sejam feitos, mas, por favor, o mais rápido
(124)possível.

(125)**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Ouço com muito prazer o

(126)Senador Heráclito Fortes, que solicitou um aparte.

(127)**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador José Agripino, o

(128)pronunciamento que V. Ex^a faz hoje ele é preventivo e ele é pedagógico. V.

(129)Ex^a está alertando o Governo que, na segunda-feira, não tem nenhum

(130)representante seu aqui, no plenário, para alguns fatos absolutamente

(131)verídicos e que estamos já escaldados de com eles conviver. É aquela

(132)prática de mandar as matérias de votação, principalmente as que dizem

(133)respeito à questão orçamentária, em cima da perna, em cima da hora, e

(134)querer que se vote aqui de qualquer jeito, a toque de caixa; e em alguns

(135)casos, inclusive, mudando o objetivo dos créditos. Tivemos aqui, Presidente

(136)Ney Suassuna – V. Ex^a inclusive estava presente e nos ajudou a resolver

(137)este problema –, a liberação de um recurso para atender às despesas

(138)eleitorais do Tribunal, do TSE. “Empurraram um gato”, como se chama no

(139)Nordeste; fizeram uma gambiarra para colocar, no mesmo crédito, recursos

(140)para a viagem do Presidente e do Vice-Presidente da República ao exterior.

(141)O Congresso Nacional não se nega a votar tais créditos, agora, eles

(142)precisam vir de maneira clara. O segundo ponto são os acordos feitos aqui,

(143)produtos de discussão e que não são cumpridos, porque a tecnocracia vai e

(144)derruba. Temos um caso que envolve PIS e Cofins, a emenda paralela da

(145)Previdência – para ficar só nessas, Sr. Presidente. Foi feito um acordo e,

(146)através de decreto, a tecnocracia vai e derruba. Nesse caso do PIS/Cofins,

(147)matéria que relato, o acordo foi feito. O Senador Mercadante me colocou
(148)inclusive, em determinado momento, na linha com o Ministro Palocci, que
(149)disse que ia revogar o decreto. O Diretor-Geral da Receita Federal entrou em
(150)contato comigo e disse que ia revogar o decreto, e lá já se vão 25 dias sem
(151)que isso tenha sido feito, nenhuma providência tomada. Quero não só alertar
(152)o Governo para esses fatos como também pedir a atenção de todas as
(153)Lideranças, da Oposição e do Governo, para que fiquem atentas a questões
(154)dessa natureza, porque se acertar nesta Casa se aprovar essa matéria e a
(155)tecnocracia nos desmoralizar, é inadmissível. Perde completamente o
(156)objetivo da existência desta Casa. Portanto, me congratulo com o
(157)pronunciamento de V. Ex^a e espero que os ouvidos da Oposição pelo menos
(158)estejam abertos para esse alerta que V. Ex^a faz hoje. Muito obrigado.

(159)**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Agradeço os apartes do
(160)Senador José Jorge e do Senador Heráclito Fortes.

(161)Estamos aqui exercendo um legítimo papel, o papel que nos é
(162)devido – **somos obrigados a isso e fazemos isso por dever democrático:**
(163)o papel de Oposição que é de vigilância. Votar a toque de caixa, **não contem**
(164)**conosco. Não contem conosco!**

(165)Agora, o que aconteceu hoje, como o próprio Senador José Jorge
(166)sugeriu? Nós, do PFL e do PSDB, entramos com uma Ação Direta de
(167)Inconstitucionalidade depois de exauridas todas as alternativas. Tentamos
(168)reunir a comissão, alertamos, denunciemos, foi feito um convite para o Dr.
(169)Henrique Meirelles aqui vir. Não veio. Nos restou a alternativa de recorrer ao
(170)Supremo.

(171)O Dr. Cláudio Fonteles é o Procurador-Geral da República. Ele é
(172)um homem isento. Não quero dizer que ele seja o próprio Governo, mas ele
(173)foi nomeado por indicação do Governo. Foi submetido à sabatina no
(174)Congresso, foi aprovado e exerce com decência o seu papel de Procurador-
(175)Geral da República, com isenção, mas foi designado pelo Governo, pelo
(176)Presidente Lula. Ele, portanto, não pode, por hipótese alguma, ser taxado de
(177)elemento da Oposição. Mas S. Ex^a foi chamado a se manifestar sobre a Adin
(178)nº 32/89 de iniciativa do PFL, e S. Ex^a está hoje no site da Procuradoria-
(179)Geral da República e diz o seguinte:

O Procurador-Geral aponta diversas violações à Constituição Federal, como a afronta ao princípio da moralidade [está escrito no *site* da Procuradoria-Geral da República, e o texto é da lavra de S. Ex^a o Dr. Cláudio Fonteles: 'afronta ao princípio da moralidade'], uma vez que a norma foi criada por 'inspiração casuística', e a falta de relevância e urgência necessárias à edição da medida provisória.

(180)Casuística por quê? Porque ela foi editada em cima de uma
(181)denúncia de que era objeto o Presidente do Banco Central. Portanto, ele
(182)acha que é uma afronta à moralidade, e não é urgente nem relevante.

(183)Vai mais em frente. Ele afirma que o papel do Presidente do
(184)Banco Central dentro da economia sempre foi 'altamente relevante' e,
(185)mesmo assim, nunca se cogitou em lhe dar foro especial (***nunca se cogitou***
(186)***em a ele dar foro especial, Senadora Lúcia Vânia***). O momento presente
(187)não demonstra qualquer mudança justificadora da alteração, em caráter de
(188)urgência, do status jurídico ao cargo de Presidente do Banco Central. A
(189)economia segue seu curso normal, sustenta.

(190)Ele, portanto, acha que não há nenhuma razão de ordem
(191)econômica para que se dê ao Presidente do Banco Central foro especial,

(192)afora as denúncias que têm que ser esclarecidas na Comissão de Assuntos
(193)Econômicos, e não com blindagem.

(194)Por essa razão, a medida provisória, que é uma das dezenas que
(195)foram editadas pelo Presidente da República e que estão embolando o
(196)andamento do Congresso na Câmara e no Senado, pela opinião do
(197)Procurador-Geral da República, é imoral, é ilegal, não é urgente nem é
(198)relevante.

(199)Então, Senador José Jorge, ***não pense V. Ex^a que farei acordo***
(200)***para votar matérias que são do interesse nacional, passando por cima***
(201)***do interesse nacional, que é nosso dever de Oposição defender***, que é a
(202)moralidade, que é a constitucionalidade. Nós vamos, sim. Agora, queremos a
(203)contrapartida, que está nas mãos do Governo. Está nas mãos do Governo
(204)dar celeridade aos trabalhos do Congresso, diminuindo o número de MPs ou
(205)evitando a edição de tanta MP.

(206)Está claro, pela opinião do Procurador Fonteles, que esta MP não
(207)tem sustentação. ***Eu acho que ela não pode e nem deve ser derrubada.***
(208)***Ela tem que ser retirada. Ela tem que ser retirada.*** Não se reuniu a
(209)comissão por bloqueio dos partidos do Governo; o Presidente do Banco
(210)Central não compareceu ao Senado; o Procurador da República declara que
(211)a matéria é amoral, é irrelevante, não é urgente e não é constitucional. Ela
(212)está entavando os trabalhos congressuais. Se chegar à apreciação dos
(213)Senadores e Deputados, evidentemente que nós vamos, em nome do
(214)interesse nacional, da lisura nacional, nós vamos cerrar fileiras contra ela.
(215)Mas seria tão melhor que o Governo reconhecesse e retirasse de plano
(216)diante das evidências todas, facilitando os trabalhos do Congresso!

(217)O que eu quero, Sr. Presidente, é colaborar. O Presidente do meu

(218)Partido colaborou, o Senador José Jorge está querendo votar as emendas da

(219)reforma do Judiciário. Agora, votar a toque de caixa, não. Urgência, sim.

(220)Irregularidade, ilegalidade, não!

ANEXO B – DISCURSO MODIFICADO (APANHAMENTO)

(1)O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do
(2)orador.) – *Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vejam que não há*, no
(3)plenário, um único Senador da base do Governo.

(4)Acabamos de ouvir um primoroso discurso do Senador Jorge
(5)Bornhausen, Presidente do PFL, ex-Ministro da Educação, tratando de um
(6)assunto de primordial importância para o nosso País, que é a educação. **S. Ex^a**
(7)**falou** com propriedade, com espírito público e com determinação.

(8)**S. Ex^a e eu** temos a consciência absoluta de que o crescimento deste
(9)País não se dará enquanto o Brasil não for competitivo, com a melhoria do
(10)padrão de produtividade. Sr. Presidente, não teremos crescimento sustentado
(11)enquanto não formos competitivos e não tivermos bons índices de produtividade
(12)comparados aos dos países com que o Brasil compete nem um capital humano
(13)humano qualificado, que se atingirá pela educação de bom padrão.

(14)O Presidente do PFL fez um primoroso discurso sobre educação,
(15)pensando no futuro do Brasil, no seu capital humano, na produtividade e
(16)suscitando o debate de algo que significa a essência do próprio País. O
(17)Senador José Jorge, Vice-Presidente do PFL, clama pela votação da reforma
(18)do Judiciário.

(19)Sr. Presidente, há os que dizem que a Oposição está dificultando o
(20)bom andamento do Congresso e do País. O Senador José Jorge fez um apelo
(21)às Lideranças para que se votem as emendas do Judiciário e para que haja

(22)entendimento acerca de medidas provisórias que estão impedindo o andamento
(23)dos trabalhos desta Casa.

(24)Senador José Jorge, há cerca de trinta medidas provisórias que não
(25)foram editadas nem pelo Senador Jorge Bornhausen, nem por mim nem por V.
(26)Ex^a, mas foram editadas **pelelo Presidente da República, que é do Partido dos**
(27)**Trabalhadores**. Essas medidas, sim, estão obstaculizando o andamento dos
(28)trabalhos no Congresso.

(29)Há no Senado, neste momento, três medidas provisórias
(30)obstaculizando o andamento normal dos trabalhos, inclusive a apreciação das
(31)emendas às quais V. Ex^a se refere: as emendas da reforma do Judiciário. Duas
(32)das MPs têm urgência, têm relevância, são importantes e vamos votar, dizem
(33)respeito a recursos decorrentes do fundo de exportação.

(34)Outra polêmica que vai suscitar debate diz respeito aos chips a
(35)serem introduzidos nos televisores. Há os que dizem que nós da Oposição
(36)estamos criando dificuldade ao bom andamento dos trabalhos do Congresso.

(37)**O que querem quando nos pedem seguidamente para votar?**
(38)**Como vota, vota? Votar irresponsavelmente sem debate? Com o PFL não**
(39)**vão contar. Com certeza com o PSDB não vão contar, da mesma forma**
(40)**com o PDT. Contarão, sim, para votar com consciência depois do debate**
(41)**estabelecido.**

(42)O que me traz à tribuna no dia de hoje é a constatação desses fatos,
(43)Sr. Presidente, e um alerta. Não sei se V. Ex^a se recorda das denúncias que
(44)começaram por uma revista, a IstoÉ, e depois se alastraram **por todas as**
(45)**revistas de circulação nacional e por todos os jornais de circulação pelo**
(46)**Brasil inteiro**, denunciando S. Ex^a o Presidente do Banco Central com relação a

(47)incorreções na declaração de bens e na remessa ilegal de recursos pela conta

(48)CC-5.

(49)O Senado, cumprindo a sua obrigação, reuniu-se pela sua Comissão
(50)de Assuntos Econômicos e aprovou um requerimento, que eu subscrevi, de
(51)convite a S. Ex^a para que viesse aqui dar as explicações que, tenho a
(52)impressão, ele tem para dar, para explicar as denúncias que foram manchete de
(53)jornal por dias e dias e que foram capas de revistas por edições e edições.

(54)Não é uma matéria qualquer, não foi um fato corriqueiro que levou a
(55)Comissão de Assuntos Econômicos a se reunir e fazer o convite ao Dr.
(56)Henrique Meirelles para que aqui viesse.

(57)Senadores José Jorge, Heráclito Fortes e Osmar Dias, a resposta à
(58)providência que tomamos em nome da decência, do padrão ético que o povo
(59)do Brasil **cobra de mim e de V. Ex^{as} foi a edição de uma medida provisória**
(60)**a mais, uma medida provisória a mais** para blindar o Sr. Henrique Meirelles.
(61)Blindar como? Dando a ele o status de Ministro para que só pudesse ser julgado
(62)na esfera do Supremo Tribunal Federal.

(63)Durma com um barulho desses, Sr. Presidente. Durma-se com um
(64)barulho desses. Quantos presidentes de Banco Central, no passado, Senador
(65)Osmar Dias, tiveram dificuldades, denúncia e tiveram que se explicar? Muitos.
(66)Houve alguma iniciativa de algum governo de blindar esse ou aquele presidente
(67)Banco Central com foro especial na Justiça? **Nunca.**

(68)Mas, neste Governo, não. Este Governo que é pródigo na edição de
(69)medidas provisórias tomou a iniciativa, após o Senado convidar S. Ex^a para
(70)depor e para trazer as explicações que acho que ele tem para dar, o Governo

(71)cuidou de dizer que ele não tem não para dar e é preciso que se blinde S. Ex^a
(72)com uma medida provisória que dê a ele foro especial. É o que posso entender.

(73)**O que nos resta, a nós, da Oposição?** Entrar com ação direta de
(74)inconstitucionalidade, por entender que a matéria não é urgente, não é
(75)relevante e nem é legal. E o PFL e o PSDB entraram com uma ação direta de
(76)inconstitucionalidade junto ao Supremo, a de nº 32/89, para solicitar que aquela
(77)matéria não fosse tratada por medida provisória. Se quisesse dar foro especial,
(78)até se colocasse um projeto de lei nesse sentido para que ele fosse debatido,
(79)mas não por medida provisória em cima de uma denúncia maculando a imagem
(80)do titular do Banco Central e maculando a imagem das instituições. O
(81)Congresso teria que engolir, goela abaixo, uma determinação que, emitida,
(82)entrava em eficácia imediatamente. Entramos com uma Adin.

(83)Senador José Jorge, desculpe-me V. Ex^a, mas tenho todo interesse
(84)em votar as emendas da reforma do Judiciário, todo interesse. Agora, V. Ex^a,
(85)como eu, não vai querer nem conviver com ilegalidades nem vai querer votar
(86)nada a toque de caixa, sem debater. Há medidas que têm que ser debatidas à
(87)exaustão. Há MPs em pauta que têm que ser apreciadas e há MPs que vão
(88)chegar.

(89)Senador José Jorge, V. Ex^a se lembra de que o PFL, o PSDB, o PDT
(90)tentaram desesperadamente reunir a Comissão Mista para avaliar a medida
(91)provisória que instituía a figura nova do Presidente do Banco Central com status
(92)de Ministro de Estado. E V. Ex^a se lembra de que o esforço levado a efeito pelos
(93)partidos de Oposição foi compensado pela ausência completa dos partidos do
(94)Governo, que boicotaram a reunião a fim de que não houvesse relator nem
(95)relatório, e que a matéria transitasse normalmente para haver um relator em

(96)plenário, para que a maioria governista, se porventura existisse, fizesse com que
(97)o Senado engolisse goela abaixo uma matéria que nós do PFL e do PSDB
(98)entendemos que é ilegal, não é urgente nem é relevante.

(99)**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre
(100)dor José Agripino?

(101)**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Não sei se é permitido, Sr.
(102)Presidente.

(103)**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna. PMDB – PB) – É permitido,
(104)Senador.

(105)**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Pois não, nobre Senador
(106)José Jorge.

(107)**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador José Agripino, gostaria
(108)de comunicar a V. Ex^a que o Procurador-Geral da República entrou hoje com
(109)uma representação...

(110)**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Tenho em mãos a decisão.
(111)Vou ler para V. Ex^a.

(112)**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – ...contra o Presidente Luiz Inácio
(113)Lula da Silva exatamente por conta dessa medida provisória, porque ela não
(114)é urgente, não é relevante e nem constitucional ela é. Portanto, penso que
(115)não devemos votá-la. A matéria ainda se encontra na Câmara dos
(116)Deputados, mas espero que seja rejeitada naquela Casa. E particularmente
(117)com relação à medida provisória que trata dos chips, creio que a decisão da
(118)Oposição, se possível em comum acordo com o Governo, seria a de rejeitar
(119)a matéria exatamente por ela não atender os preceitos de urgência e

(120)relevância que devem ser cumpridos por uma medida provisória. Muito

(121)obrigado.

(122)**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna. PMDB – PB) – A

(123)Presidência pede que os apartes, por favor, sejam feitos, mas o mais rápido

(124)possível.

(125)**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte,

(126)nobre Senador José Agripino?

(127)**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Pois não, nobre Senador

(128)Heráclito Fortes.

(129)**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador José Agripino, o

(130)pronunciamento que V. Ex^a faz hoje é preventivo e pedagógico. V. Ex^a alerta

(131)o Governo que, nesta segunda-feira, não conta com representante em

(132)plenário, para alguns fatos absolutamente verídicos e que estamos já

(133)escaldados de com eles conviver. É aquela prática de mandar as matérias de

(134)votação, principalmente as que dizem respeito à questão orçamentária, em

(135)cima da hora e querer que se vote aqui de qualquer jeito, a toque de caixa,

(136)em alguns casos inclusive mudando o objetivo dos créditos. Tivemos, Sr.

(137)Presidente, Senador Ney Suassuna – V. Ex^a inclusive nos ajudou a resolver

(138)o problema –, a liberação de um recurso para atender às despesas eleitorais

(139)do TSE e “empurraram um gato” – como se diz no Nordeste –, fizeram uma

(140)gambiarra para colocar, no mesmo crédito, recursos para a viagem do

(141)Presidente e do Vice-Presidente da República ao exterior. O Congresso

(142)Nacional não se nega a votar tais créditos, mas eles precisam vir de maneira

(143)clara. O segundo ponto são os acordos feitos aqui, produtos de discussão, e

(144)que não são cumpridos porque a tecnocracia vai e os derruba. Temos um

(145) caso que envolve PIS e o Cofins e a emenda paralela da Previdência – para
(146) ficar só nesses, Sr. Presidente. Foi feito um acordo e, por meio de decreto, a
(147) tecnocracia vai e derruba. Nesse caso do PIS e Cofins, matéria que relato, o
(148) acordo foi feito. O Senador Mercadante me colocou inclusive, em
(149) determinado momento, na linha com o Ministro Palocci, que disse que ia
(150) revogar o decreto. O Diretor-Geral da Receita Federal entrou em contato
(151) comigo e disse que ia revogar o decreto, e lá se vão 25 dias sem que isso
(152) seja feito, sem que providências sejam tomadas. Quero apenas alertar o
(153) Governo para esses fatos, como também pedir a atenção de todas as
(154) Lideranças, da Oposição e do Governo, para que fiquem atentas a questões
(155) dessa natureza, porque acertar nesta Casa se aprovar essa matéria e a
(156) tecnocracia nos desmoralizar, é inadmissível, perde completamente o
(157) objetivo da existência desta Casa. Portanto, congratulo-me com o
(158) pronunciamento de V. Ex^a e espero que os ouvidos da Oposição estejam
(159) abertos para esse alerta que V. Ex^a faz hoje. Muito obrigado.

(160) **O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Agradeço os apartes dos
(161) Senadores José Jorge e Heráclito Fortes. Estamos aqui exercendo legítimo
(162) papel, o papel que nos é devido e **somos obrigados a isso, e fazemos isso**
(163) **por dever democrático, o papel de oposição que é de vigilância.** Votar a
(164) toque de caixa, não contem conosco.

(165) Agora, o que aconteceu hoje, como o próprio Senador José Jorge
(166) sugeriu? Nós, do PFL, do PSDB, entramos com uma Ação Direta de
(167) Inconstitucionalidade depois de exauridas todas as alternativas. Tentamos
(168) reunir a comissão, alertamos, denunciemos, foi feito um convite para o Dr.

(169)Henrique Meirelles aqui vir, não veio. Nos restou a alternativa de recorrer ao
(170)Supremo.

(171)O Dr. Cláudio Fonteles é o Procurador-Geral da República, é um
(172)homem isento, não quero dizer que ele seja o próprio Governo, mas foi
(173)nomeado por indicação do Governo. Foi submetido à sabatina no Congresso,
(174)foi aprovado e exerce com decência o seu papel de Procurador-Geral da
(175)República, com isenção, mas foi designado pelo Governo, pelo Presidente
(176)Lula. Ele, portanto, não pode, por hipótese alguma, ser taxado de elemento
(177)da Oposição. Mas S. Ex^a foi chamado a se manifestar sobre a Adin nº 32/89,
(178)por iniciativa do PFL, e S. Ex^a está hoje no site da Procuradoria-Geral da
(179)República e diz o seguinte com relação a essa medida provisória :

O Procurador-Geral aponta diversas violações à Constituição Federal, como uma afronta ao princípio da moralidade [está escrito no site da Procuradoria-Geral da República, e o texto é da lavra de S. Ex^a o Dr. Cláudio Fonteles: 'afronta ao princípio da moralidade'], uma vez que a norma foi criada por 'inspiração casuística', e há falta de relevância e urgência necessárias à edição da medida provisória.

(180)Casuística por quê? Porque ela foi editada em cima de uma
(181)denúncia da qual era objeto o Presidente do Banco Central. Portanto, S. Ex^a
(182)crê que é uma afronta à moralidade, e não é urgente nem relevante.

(183)Vai mais em frente. Ele afirma que o papel do Presidente do
(184)Banco Central dentro da economia sempre foi "altamente relevante". Mesmo
(185)assim, nunca foi cogitado dar-lhe foro especial. "O momento presente não
(186)demonstra qualquer mudança justificadora da alteração, em caráter de
(187)urgência, do status jurídico ao cargo de Presidente do Banco Central. A
(188)economia segue seu curso normal", sustenta. S. Ex^a, portanto, crê que não
(189)há razões de ordem econômica para que se dê ao Presidente do Banco

(190)Central foro especial, afora as denúncias que têm que ser esclarecidas na

(191)Comissão de Assuntos Econômicos.

(192)Por essa razão, a medida provisória, que é uma das dezenas que
(193)foram editadas pelo Presidente da República e estão embolando o
(194)andamento dos trabalhos da Câmara e do Senado, segundo a opinião do
(195)Procurador-Geral da República, é imoral, é ilegal, não é urgente nem é
(196)relevante.

(197)Sendo assim, Senador José Jorge, ***não pense V. Ex^a que farei***
(198)***acordo para votar matérias que passam por cima do interesse nacional.***
(199)***É nosso dever de Oposição defender a moralidade, a***
(200)***constitucionalidade.*** Vamos sim, agora, queremos a contrapartida que está
(201)nas mãos do Governo. Está nas mãos do Governo dar celeridade aos
(202)trabalhos do Congresso, diminuindo o número de MPs ou evitando a edição de
(203)tantas delas.

(204)Está claro, pela opinião do Procurador Fonteles, que esta MP não
(205)tem sustentação. Penso que ela não pode nem deve ser derrubada. Ela tem
(206)que ser retirada. Ela tem que ser retirada. Não se reuniu a comissão por
(207)bloqueio dos partidos do Governo; o Presidente do Banco Central não
(208)compareceu ao Senado; o Procurador da República declara que a matéria é
(209)amoral, é irrelevante, não é urgente e não é constitucional. Ela está entavando
(210)os trabalhos congressuais. Se chegar à apreciação dos Senadores e
(211)Deputados, evidentemente que vamos, em nome do interesse nacional, da
(212)lisura nacional, cerrar fileiras contra ela. Mas seria tão melhor que o Governo
(213)reconhecesse e a retirasse, de plano, diante das evidências todas, facilitando
(214)os trabalhos do Congresso!

- (215)O que quero, Sr. Presidente, é colaborar. O Presidente do meu
- (216)Partido colaborou, o Senador José Jorge está querendo votar as emendas da
- (217)reforma do Judiciário. Agora, votar a toque de caixa, não. Urgência, sim!
- (218)Irregularidade, ilegalidade, não!

ANEXO C – DISCURSO MODIFICADO (REVISÃO)

(1)O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do
(2)orador.) – *Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vejam que não há*, no
(3)plenário, um único Senador da Base do Governo.

(4)Acabamos de ouvir um primoroso discurso do Senador Jorge
(5)Bornhausen, Presidente do PFL, ex-Ministro da Educação, tratando de um
(6)assunto de primordial importância para o nosso País, que é a Educação. **S. Ex^a**
(7)**falou** com propriedade, com espírito público e com determinação.

(8)**S. Ex^a e eu** temos a consciência absoluta de que o crescimento deste
(9)País não se dará enquanto o Brasil não for competitivo, com a melhoria do padrão
(10)de produtividade. Sr. Presidente, não teremos crescimento sustentado
(11)enquanto não formos competitivos, ou seja, não tivermos bons índices de
(12)produtividade comparados aos dos países com que o Brasil compete e nem um
(13)capital humano qualificado, que se atingirá pela educação de bom padrão.

(14)O Presidente do PFL fez um primoroso discurso sobre educação,
(15)pensando no futuro do Brasil, no seu capital humano, na produtividade e
(16)suscitando o debate de algo que significa a essência do próprio País. O
(17)Senador José Jorge, Vice-Presidente do PFL, clama pela votação da reforma do
(18)Judiciário.

(19)Sr. Presidente, há os que dizem que a Oposição está dificultando o
(20)bom andamento do Congresso e do País. O Senador José Jorge fez um apelo
(21)às Lideranças para que se votem as emendas do Judiciário e para que haja
(22)entendimento acerca de medidas provisórias que estão impedindo o andamento
(23)dos trabalhos desta Casa.

(24) Senador José Jorge, há cerca de trinta medidas provisórias que não
(25) foram editadas nem pelo Senador Jorge Bornhausen, nem por mim nem por V.
(26) Ex^a, mas **pele Presidente da República, que é do Partido dos**
(27) **Trabalhadores**. Essas medidas, sim, estão obstaculizando o andamento dos
(28) trabalhos no Congresso.

(29) Há no Senado, neste momento, três medidas provisórias
(30) obstaculizando o andamento normal dos trabalhos, inclusive a apreciação das
(31) emendas às quais V. Ex^a se refere: as emendas da reforma do Judiciário. Duas
(32) das MPs têm urgência, têm relevância, são importantes e vamos votar, pois
(33) dizem respeito a recursos decorrentes do fundo de exportação.

(34) Outra polêmica que vai suscitar debate diz respeito aos chips a serem
(35) introduzidos nos televisores. Há os que dizem que nós, da Oposição, estamos
(36) criando dificuldade ao bom andamento dos trabalhos do Congresso.

(37) **O que querem quando nos pedem seguidamente para votar?**
(38) **Como vota, vota? Votar irresponsavelmente? Sem debate? Com o PFL**
(39) **não vão contar. Com certeza com o PSDB não vão contar, da mesma forma**
(40) **com o PDT. Contarão, sim, para votar com consciência, depois do debate**
(41) **estabelecido.**

(42) O que me traz à tribuna no dia de hoje é a constatação desses fatos,
(43) Sr. Presidente, e um alerta. Não sei se V. Ex^a se recorda das denúncias que
(44) começaram por uma revista, a revista IstoÉ, e depois se alastraram **por todas**
(45) **as revistas e jornais de circulação nacional**, denunciando S. Ex^a o Presidente
(46) do Banco Central com relação a incorreções na declaração de bens e na
(47) remessa ilegal de recursos pela conta CC-5.

(48)O Senado, cumprindo a sua obrigação, reuniu-se pela sua Comissão
(49)de Assuntos Econômicos e aprovou um requerimento – que eu subscrevi – de
(50)convite a S. Ex^a para que viesse aqui dar as explicações que, tenho a
(51)impressão, ele tem para dar, para explicar as denúncias que foram manchete de
(52)jornal por dias e dias e que foram capas de revistas por edições e edições.

(53)Não é uma matéria qualquer, não foi um fato corriqueiro que levou a
(54)Comissão de Assuntos Econômicos a se reunir e fazer o convite ao Dr.
(55)Henrique Meirelles para que aqui viesse.

(56)Senadores José Jorge, Heráclito Fortes e Osmar Dias, a resposta à
(57)providência que tomamos em nome da decência, do padrão ético que o povo do
(58)Brasil **cobra de mim e de V. Ex^{as}** foi a edição de **uma medida provisória a**
(59)**mais** para blindar o Sr. Henrique Meirelles. E blindar como? Dando a S. Ex^a o
(60)status de Ministro para que só pudesse ser julgado na esfera do Supremo
(61)Tribunal Federal.

(62)Durma com um barulho desses, Sr. Presidente. Durma-se com um
(63)barulho desses. Quantos presidentes de Banco Central, no passado, Senador
(64)Osmar Dias, tiveram dificuldades, sofreram denúncias e tiveram que se explicar?
(65)Muitos. Houve alguma iniciativa de algum governo de blindar esse ou aquele
(66)presidente do Banco Central com foro especial na Justiça? **Nunca.**

(67)Mas, neste Governo, não. Este Governo, que é pródigo na edição de
(68)medidas provisórias, tomou a iniciativa após o Senado convidar S. Ex^a para
(69)depor e trazer as explicações que penso que ele tem para dar e o blindou com
(70)uma medida provisória dando-lhe foro especial. É o que posso entender.

(71)**O que nos resta, a nós, da Oposição?** Entrar com ação direta de
(72)inconstitucionalidade, por entender que a matéria não é urgente, não é

(73)relevante e nem é legal. E o PFL e o PSDB entraram com uma ação direta de
(74)inconstitucionalidade junto ao Supremo, a de nº 32/89, para solicitar que aquela
(75)matéria não fosse tratada por medida provisória. Se quisesse dar foro especial,
(76)que se colocasse um projeto de lei nesse sentido a fim de que o assunto fosse
(77)debatido, mas não por medida provisória, em cima de uma denúncia maculando
(78)a imagem do titular do Banco Central e maculando a imagem das instituições. O
(79)Congresso teria que engolir, goela abaixo, uma determinação que, emitida,
(80)entrava em eficácia imediatamente. Entramos, então, com uma Adin.

(81)Senador José Jorge, desculpe-me V. Ex^a, tenho todo interesse em
(82)votar as emendas da reforma do Judiciário. Mas V. Ex^a, como eu, não vai querer
(83)conviver com ilegalidades nem votar nada a toque de caixa, sem que haja um
(84)debate. Há medidas que devem ser debatidas à exaustão; há MPs em pauta que
(85)têm que ser apreciadas; e há MPs que vão chegar.

(86)Senador José Jorge, V. Ex^a se lembra de que o PFL, o PSDB, o PDT
(87)tentaram desesperadamente reunir a Comissão Mista para avaliar a medida
(88)provisória que instituía a figura nova do Presidente do Banco Central com status
(89)de Ministro de Estado. E V. Ex^a se lembra de que o esforço levado a efeito pelos
(90)partidos de Oposição foi compensado pela ausência completa dos partidos do
(91)Governo, que boicotaram a reunião a fim de que não houvesse relator, não
(92)houvesse relatório e que a matéria transitasse normalmente para haver um
(93)relator em plenário, para que a maioria governista, se porventura existisse,
(94)fizesse com que o Senado engolisse goela abaixo uma matéria que nós, do PFL
(95)e do PSDB, entendemos que é ilegal, não é urgente nem é relevante.

(96)**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

(97)**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Não sei se é permitido, Sr.

(98)Presidente.

(99)**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – O Presidente chegou agora!

(100)**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Com o maior prazer, concedo

(101)um aparte a V. Ex^a, Senador José.

(102)**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador José Agripino, eu gostaria

(103)de comunicar a V. Ex^a que o Procurador-Geral da República entrou hoje com

(104)uma representação...

(105)**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Tenho em mão a decisão.

(106)Vou ler para V. Ex^a.

(107)**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – ...contra o Presidente Lula

(108)exatamente por conta dessa medida provisória, porque ela não é urgente, não

(109)é relevante e nem constitucional. Portanto, penso que não devemos votar essa

(110)medida provisória. Evidentemente, ela ainda está na Câmara e espero que seja

(111)rejeitada naquela Casa. Particularmente, com relação à medida provisória que

(112)trata dos chips, creio que a decisão da Oposição, se possível em comum

(113)acordo com o Governo, seria a de rejeitar a matéria exatamente por ela não

(114)atender os preceitos de urgência e relevância que devem ser cumpridos por

(115)uma medida provisória. Muito obrigado.

(116)**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna. PMDB – PB) – A Presidência

(117)pede que os apartes sejam feitos, mas, por favor, o mais rápido possível.

(118)**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Ouço com muito prazer o

(119)Senador Heráclito Fortes, que solicitou um aparte.

(120)**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador José Agripino, o

(121)pronunciamento que V. Ex^a faz hoje é preventivo e pedagógico. V. Ex^a está

(122) alertando o Governo de que, nesta segunda-feira, não há nenhum
(123) representante seu aqui para se manifestar sobre alguns fatos que foram
(124) abordados, que são absolutamente verídicos e com os quais estamos
(125) escaldados de conviver. Trata-se daquela prática de mandar as matérias para
(126) serem votadas, principalmente as que dizem respeito à questão orçamentária,
(127) em cima da hora e de se querer que sejam votadas de qualquer jeito, a toque
(128) de caixa; em alguns casos, inclusive mudando o objetivo dos créditos. Sr.
(129) Presidente, Senador Ney Suassuna – V. Ex^a inclusive nos ajudou a resolver o
(130) problema –, houve aqui a liberação de um recurso para atender às despesas
(131) eleitorais do TSE. “Empurraram um gato”, como se diz no Nordeste; fizeram
(132) uma gambiarra para incluir, no mesmo crédito, recursos para a viagem do
(133) Presidente e do Vice-Presidente da República ao exterior. O Congresso
(134) Nacional não se nega a votar tais créditos, mas eles precisam vir de maneira
(135) clara. O segundo ponto são os acordos feitos aqui, produtos de discussão, e
(136) que não são cumpridos porque a tecnocracia os derruba. Temos um caso que
(137) envolve o PIS, a Cofins e a emenda paralela da Previdência – para dar poucos
(138) exemplos, Sr. Presidente. Foi feito um acordo e, por meio de decreto, a
(139) tecnocracia o derrubou. Nesse caso do PIS e da Cofins, matéria que relato, o
(140) acordo foi feito. O Senador Mercadante me colocou inclusive, em determinado
(141) momento, na linha com o Ministro Palocci, que disse que ia revogar o decreto.
(142) O Diretor-Geral da Receita Federal entrou em contato comigo e disse que ia
(143) revogar o decreto, e lá se vão 25 dias sem que providências tenham sido
(144) tomadas! Quero não apenas alertar o Governo para esses fatos como também
(145) pedir a atenção de todas as Lideranças, da Oposição e do Governo, para que
(146) fiquem atentas a questões dessa natureza, porque se aprovarmos essa matéria

(147)nesta Casa e se a tecnocracia nos desmoralizar, isso será inadmissível; a
(148)matéria perderá completamente o objetivo da existência nesta Casa. Portanto,
(149)congratulo-me com o pronunciamento de V. Ex^a e espero que os ouvidos da
(150)Oposição pelo menos estejam abertos para esse alerta que V. Ex^a faz hoje.
(151)Muito obrigado.

(152)**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Agradeço os apertes dos
(153)Senadores José Jorge e Heráclito Fortes.

(154)Estamos aqui exercendo um legítimo papel, o papel que nos é
(155)devido – **somos obrigados a isso e o fazemos por dever democrático**: o
(156)papel de Oposição, que é de vigilância. Para votar a toque de caixa, **não**
(157)**contem conosco**.

(158)O que aconteceu hoje, como o próprio Senador José Jorge
(159)sugeriu? Nós, do PFL e do PSDB, entramos com uma Ação Direta de
(160)Inconstitucionalidade depois de exauridas todas as alternativas. Tentamos
(161)reunir a comissão, alertamos, denunciemos, foi feito um convite para o Dr.
(162)Henrique Meirelles aqui vir. Não veio. Restou-nos a alternativa de recorrer ao
(163)Supremo.

(164)O Dr. Cláudio Fonteles é o Procurador-Geral da República. É um
(165)homem isento. Não quero dizer que ele seja o próprio Governo, mas foi
(166)nomeado por indicação do Governo. Foi submetido à sabatina no Congresso,
(167)foi aprovado e exerce com decência o seu papel de Procurador-Geral da
(168)República, com isenção, mas foi designado pelo Governo, pelo Presidente
(169)Lula. Ele, portanto, não pode, em hipótese alguma, ser taxado de elemento da
(170)Oposição. Mas S. Ex^a foi chamado a se manifestar sobre a Adin nº 32/89, por

(171)iniciativa do PFL, e S. Ex^a está hoje no site da Procuradoria-Geral da República

(172)e diz o seguinte em relação a essa medida provisória:

O Procurador-Geral aponta diversas violações à Constituição Federal, como uma afronta ao princípio da moralidade [está escrito no site da Procuradoria-Geral da República, e o texto é da lavra de S. Ex^a o Dr. Cláudio Fonteles: 'afronta ao princípio da moralidade'], uma vez que a norma foi criada por 'inspiração casuística', e há falta de relevância e urgência necessárias à edição da medida provisória.

(173)Casuística por quê? Porque ela foi editada em cima de uma

(174)denúncia da qual era objeto o Presidente do Banco Central. Portanto, S. Ex^a

(175)crê que é uma afronta à moralidade, e não é urgente nem relevante.

(176)Vai mais em frente. Ele afirma que o papel do Presidente do Banco

(177)Central dentro da economia sempre foi 'altamente relevante' e, mesmo assim,

(178)nunca foi cogitado dar-lhe foro especial. "O momento presente não demonstra

(179)qualquer mudança justificadora da alteração, em caráter de urgência, do status

(180)jurídico ao cargo de Presidente do Banco Central. A economia segue seu curso

(181)normal", sustenta.

(182)Portanto, S. Ex^a entende que não há nenhuma razão de ordem

(183)econômica para que se dê ao Presidente do Banco Central foro especial, afora

(184)as denúncias que têm que ser esclarecidas na Comissão de Assuntos

(185)Econômicos, e não com blindagem.

(186)Por essa razão, a medida provisória, que é uma das dezenas que

(187)foram editadas pelo Presidente da República e estão embolando o

(188)andamento dos trabalhos da Câmara e do Senado, segundo a opinião do

(189)Procurador-Geral da República, é imoral, é ilegal, não é urgente nem é

(190)relevante.

(191)Sendo assim, Senador José Jorge, **não pense V. Ex^a que farei**
(192)**acordo para votar matérias que são do interesse nacional e que passem**
(193)**por cima do interesse nacional. É nosso dever de Oposição defender a**
(194)**moralidade, a constitucionalidade.** E queremos a contrapartida que está
(195)nas mãos do Governo. Está nas mãos do Governo dar celeridade aos trabalhos
(196)do Congresso, diminuindo o número de MPs ou evitando a edição de tantas
(197)delas.

(198)Está claro, pela opinião do Procurador Fonteles, que esta MP não
(199)tem sustentação. **Penso que ela não pode nem deve ser derrubada. Ela**
(200)**tem que ser retirada.** Não se reuniu a comissão por bloqueio dos partidos do
(201)Governo; o Presidente do Banco Central não compareceu ao Senado; o
(202)Procurador da República declara que a matéria é amoral, é irrelevante, não é
(203)urgente e não é constitucional. Ela está travando os trabalhos congressuais.
(204)Se chegar à apreciação dos Senadores e Deputados, evidentemente que
(205)vamos, em nome do interesse nacional, da lisura nacional, cerrar fileiras contra
(206)ela. Mas seria tão melhor que o Governo reconhecesse e a retirasse, de plano,
(207)diante das evidências todas, facilitando os trabalhos do Congresso!

(208)O que quero, Sr. Presidente, é colaborar. O Presidente do meu
(209)Partido colaborou, o Senador José Jorge está querendo votar as emendas da
(210)reforma do Judiciário. Porém, votar a toque de caixa, não. Urgência, sim!
(211)Irregularidade, ilegalidade, não!

ANEXO D – DISCURSO MODIFICADO (SUPERVISÃO)

(1)O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do
(2)orador.) – *Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vejam que não há*, no
(3)plenário, um único Senador da Base do Governo.

(4)Acabamos de ouvir um primoroso discurso do Senador Jorge
(5)Bornhausen, Presidente do PFL, ex-Ministro da Educação, tratando de um
(6)assunto de primordial importância para o nosso País, que é a Educação. **S. Ex^a**
(7)**falou** com propriedade, com espírito público e com determinação.

(8)**S. Ex^a e eu** temos a consciência absoluta de que o crescimento deste
(9)País não se dará enquanto o Brasil não for competitivo, com a melhoria do padrão
(10)de produtividade. Sr. Presidente, não teremos crescimento sustentado
(11)enquanto não formos competitivos, ou seja, não tivermos bons índices de
(12)produtividade comparados aos dos países com que o Brasil compete e nem um
(13)capital humano qualificado, que se atingirá pela educação de bom padrão.

(14)O Presidente do PFL fez um primoroso discurso sobre educação,
(15)pensando no futuro do Brasil, no seu capital humano, na produtividade e
(16)suscitando o debate de algo que significa a essência do próprio País. O
(17)Senador José Jorge, Vice-Presidente do PFL, clama pela votação da reforma do
(18)Judiciário.

(19)Sr. Presidente, há os que dizem que a Oposição está dificultando o
(20)bom andamento do Congresso e do País. O Senador José Jorge fez um apelo
(21)às Lideranças para que se votem as emendas do Judiciário e para que haja
(22)entendimento acerca de medidas provisórias que estão impedindo o andamento
(23)dos trabalhos desta Casa

(24) Senador José Jorge, há cerca de trinta medidas provisórias que não
(25) foram editadas nem pelo Senador Jorge Bornhausen, nem por mim nem por V.
(26) Ex^a, mas **pele Presidente da República, que é do Partido dos**
(27) **Trabalhadores**. Essas medidas, sim, estão obstaculizando o andamento dos
(28) trabalhos no Congresso.

(29) Há no Senado, neste momento, três medidas provisórias
(30) obstaculizando o andamento normal dos trabalhos, inclusive a apreciação das
(31) emendas às quais V. Ex^a se refere: as emendas da reforma do Judiciário. Duas
(32) das MPs têm urgência, têm relevância, são importantes e vamos votar, pois
(33) dizem respeito a recursos decorrentes do fundo de exportação.

(34) Outra polêmica que vai suscitar debate diz respeito aos chips a serem
(35) introduzidos nos televisores. Há os que dizem que nós, da Oposição, estamos
(36) criando dificuldade ao bom andamento dos trabalhos do Congresso.

(37) **O que querem quando nos pedem seguidamente para votar?**
(38) **Como vota, vota? Votar irresponsavelmente? Sem debate? Com o PFL não**
(39) **vão contar. Com certeza com o PSDB não vão contar, da mesma forma**
(40) **com o PDT. Contarão, sim, para votar com consciência, depois do debate**
(41) **estabelecido.**

(42) O que me traz à tribuna no dia de hoje é a constatação desses fatos,
(43) Sr. Presidente, e um alerta. Não sei se V. Ex^a se recorda das denúncias que
(44) começaram por uma revista, a revista IstoÉ, e depois se alastraram **por todas**
(45) **as revistas e jornais de circulação nacional**, denunciando S. Ex^a o Presidente
(46) do Banco Central com relação a incorreções na declaração de bens e na
(47) remessa ilegal de recursos pela conta CC-5.

(48)O Senado, cumprindo a sua obrigação, reuniu-se pela sua Comissão
(49)de Assuntos Econômicos e aprovou um requerimento – que eu subscrevi – de
(50)convite a S. Ex^a para que viesse aqui dar as explicações que, tenho a
(51)impressão, ele tem para dar, para explicar as denúncias que foram manchete
(52)de jornal por dias e dias e que foram capas de revistas por edições e edições.

(53)Não é uma matéria qualquer, não foi um fato corriqueiro que levou a
(54)Comissão de Assuntos Econômicos a se reunir e fazer o convite ao Dr.
(55)Henrique Meirelles para que aqui viesse.

(56)Senadores José Jorge, Heráclito Fortes e Osmar Dias, a resposta à
(57)providência que tomamos em nome da decência, do padrão ético que o povo do
(58)Brasil **cobra de mim e de V. Ex^{as}** foi a edição de **uma medida provisória a**
(59)**mais** para blindar o Sr. Henrique Meirelles. E blindar como? Dando a S. Ex^a o
(60)status de Ministro para que só pudesse ser julgado na esfera do Supremo
(61)Tribunal Federal.

(62)Durma com um barulho desses, Sr. Presidente. Durma-se com um
(63)barulho desses. Quantos presidentes de Banco Central, no passado, Senador
(64)Osmar Dias, tiveram dificuldades, sofreram denúncias e tiveram que se explicar?
(65)Muitos. Houve alguma iniciativa de algum governo de blindar esse ou aquele
(66)presidente do Banco Central com foro especial na Justiça? **Nunca.**

(67)Mas, neste Governo, não. Este Governo, que é pródigo na edição de
(68)medidas provisórias, tomou a iniciativa após o Senado convidar S. Ex^a para
(69)depor e trazer as explicações que penso que ele tem para dar e o blindou com
(70)uma medida provisória dando-lhe foro especial. É o que posso entender.

(71)**O que nos resta, a nós, da Oposição?** Entrar com ação direta de
(72)inconstitucionalidade, por entender que a matéria não é urgente, não é

(73)relevante e nem é legal. E o PFL e o PSDB entraram com uma ação direta de
(74)inconstitucionalidade junto ao Supremo, a de nº 32/89, para solicitar que aquela
(75)matéria não fosse tratada por medida provisória. Se quisesse dar foro especial,
(76)que se colocasse um projeto de lei nesse sentido a fim de que o assunto fosse
(77)debatido, mas não por medida provisória, em cima de uma denúncia maculando
(78)a imagem do titular do Banco Central e maculando a imagem das instituições. O
(79)Congresso teria que engolir, goela abaixo, uma determinação que, emitida,
(80)entrava em eficácia imediatamente. Entramos, então, com uma Adin.

(81)Senador José Jorge, desculpe-me V. Ex^a, tenho todo interesse em
(82)votar as emendas da reforma do Judiciário. Mas V. Ex^a, como eu, não vai querer
(83)conviver com ilegalidades nem votar nada a toque de caixa, sem que haja um
(84)debate. Há medidas que devem ser debatidas à exaustão; há MPs em pauta que
(85)têm que ser apreciadas; e há MPs que vão chegar.

(86)Senador José Jorge, V. Ex^a se lembra de que o PFL, o PSDB, o PDT
(87)tentaram desesperadamente reunir a Comissão Mista para avaliar a medida
(88)provisória que instituía a figura nova do Presidente do Banco Central com status
(89)de Ministro de Estado. E V. Ex^a se lembra de que o esforço levado a efeito pelos
(90)partidos de Oposição foi compensado pela ausência completa dos partidos do
(91)Governo, que boicotaram a reunião a fim de que não houvesse relator, não
(92)houvesse relatório e que a matéria transitasse normalmente para haver um
(93)relator em plenário, para que a maioria governista, se porventura existisse,
(94)fizesse com que o Senado engolisse goela abaixo uma matéria que nós, do PFL
(95)e do PSDB, entendemos que é ilegal, não é urgente nem é relevante.

(96)**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

(97)**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Não sei se é permitido, Sr.

(98)Presidente.

(99)**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – O Presidente chegou agora!

(100)**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Com o maior prazer, concedo

(101)um aparte a V. Ex^a, Senador José Jorge.

(102)**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador José Agripino, eu gostaria

(103)de comunicar a V. Ex^a que o Procurador-Geral da República entrou hoje com

(104)uma representação...

(105)**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Tenho em mão a decisão.

(106)Vou ler para V. Ex^a.

(107)**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – ...contra o Presidente Lula

(108)exatamente por conta dessa medida provisória, porque ela não é urgente, não

(109)é relevante e nem constitucional. Portanto, penso que não devemos votar essa

(110)medida provisória. Evidentemente, ela ainda está na Câmara e espero que seja

(111)rejeitada naquela Casa. Particularmente, com relação à medida provisória que

(112)trata dos chips, creio que a decisão da Oposição, se possível em comum

(113)acordo com o Governo, seria a de rejeitar a matéria exatamente por ela não

(114)atender os preceitos de urgência e relevância que devem ser cumpridos por

(115)uma medida provisória. Muito obrigado.

(116)**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna. PMDB – PB) – A Presidência

(117)pede que os apartes sejam feitos, mas, por favor, o mais rápido possível.

(118)**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Ouço com muito prazer o

(119)Senador Heráclito Fortes, que solicitou um aparte.

(120)**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador José Agripino, o

(121)pronunciamento que V. Ex^a faz hoje é preventivo e pedagógico. V. Ex^a está

(122) alertando o Governo de que, nesta segunda-feira, não há nenhum
(123) representante seu aqui para se manifestar sobre alguns fatos que foram
(124) abordados, que são absolutamente verídicos e com os quais estamos
(125) escaldados de conviver. Trata-se daquela prática de mandar as matérias para
(126) serem votadas, principalmente as que dizem respeito à questão orçamentária,
(127) em cima da hora e de se querer que sejam votadas de qualquer jeito, a toque
(128) de caixa; em alguns casos, inclusive mudando o objetivo dos créditos. Sr.
(129) Presidente, Senador Ney Suassuna – V. Ex^a inclusive nos ajudou a resolver o
(130) problema –, houve aqui a liberação de um recurso para atender às despesas
(131) eleitorais do TSE. “Empurraram um gato”, como se diz no Nordeste; fizeram
(132) uma gambiarra para incluir, no mesmo crédito, recursos para a viagem do
(133) Presidente e do Vice-Presidente da República ao exterior. O Congresso
(134) Nacional não se nega a votar tais créditos, mas eles precisam vir de maneira
(135) clara. O segundo ponto são os acordos feitos aqui, produtos de discussão, e
(136) que não são cumpridos porque a tecnocracia os derruba. Temos um caso que
(137) envolve o PIS, a Cofins e a emenda paralela da Previdência – para dar poucos
(138) exemplos, Sr. Presidente. Foi feito um acordo e, por meio de decreto, a
(139) tecnocracia o derrubou. Nesse caso do PIS e da Cofins, matéria que relato, o
(140) acordo foi feito. O Senador Mercadante me colocou inclusive, em determinado
(141) momento, na linha com o Ministro Palocci, que disse que ia revogar o decreto.
(142) O Diretor-Geral da Receita Federal entrou em contato comigo e disse que ia
(143) revogar o decreto, e lá se vão 25 dias sem que providências tenham sido
(144) tomadas! Quero não apenas alertar o Governo para esses fatos como também
(145) pedir a atenção de todas as Lideranças, da Oposição e do Governo, para que
(146) fiquem atentas a questões dessa natureza, porque se aprovarmos essa matéria

(147)nesta Casa e se a tecnocracia nos desmoralizar, isso será inadmissível; a
(148)matéria perderá completamente o objetivo da existência nesta Casa. Portanto,
(149)congratulo-me com o pronunciamento de V. Ex^a e espero que os ouvidos da
(150)Oposição pelo menos estejam abertos para esse alerta que V. Ex^a faz hoje.
(151)Muito obrigado.

(152)**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Agradeço os apertes dos
(153)Senadores José Jorge e Heráclito Fortes.

(154)Estamos aqui exercendo um legítimo papel, o papel que nos é
(155)devido – **somos obrigados a isso e o fazemos por dever democrático**: o
(156)papel de Oposição, que é de vigilância. Para votar a toque de caixa, **não**
(157)**contem conosco**.

(158)O que aconteceu hoje, como o próprio Senador José Jorge
(159)sugeriu? Nós, do PFL e do PSDB, entramos com uma Ação Direta de
(160)Inconstitucionalidade depois de exauridas todas as alternativas. Tentamos
(161)reunir a comissão, alertamos, denunciemos, foi feito um convite para o Dr.
(162)Henrique Meirelles aqui vir. Não veio. Restou-nos a alternativa de recorrer ao
(163)Supremo.

(164)O Dr. Cláudio Fonteles é o Procurador-Geral da República. É um
(165)homem isento. Não quero dizer que ele seja o próprio Governo, mas foi
(166)nomeado por indicação do Governo. Foi submetido à sabatina no Congresso,
(167)foi aprovado e exerce com decência o seu papel de Procurador-Geral da
(168)República, com isenção, mas foi designado pelo Governo, pelo Presidente
(169)Lula. Ele, portanto, não pode, em hipótese alguma, ser taxado de elemento da
(170)Oposição. Mas S. Ex^a foi chamado a se manifestar sobre a Adin nº 32/89, por

(171)iniciativa do PFL, e S. Ex^a está hoje no site da Procuradoria-Geral da República

(172)e diz o seguinte em relação a essa medida provisória :

O Procurador-Geral aponta diversas violações à Constituição Federal, como uma afronta ao princípio da moralidade [está escrito no *site* da Procuradoria-Geral da República, e o texto é da lavra de S. Ex^a o Dr. Cláudio Fonteles: 'afronta ao princípio da moralidade'], uma vez que a norma foi criada por 'inspiração casuística', e há falta de relevância e urgência necessárias à edição da medida provisória.

(173)Casuística por quê? Porque ela foi editada em cima de uma

(174)denúncia da qual era objeto o Presidente do Banco Central. Portanto, S. Ex^a

(175)crê que é uma afronta à moralidade, e não é urgente nem relevante.

(176)Vai mais em frente. Ele afirma que o papel do Presidente do Banco

(177)Central dentro da economia sempre foi 'altamente relevante' e, mesmo assim,

(178)nunca foi cogitado dar-lhe foro especial. "O momento presente não demonstra

(179)qualquer mudança justificadora da alteração, em caráter de urgência, do status

(180)jurídico ao cargo de Presidente do Banco Central. A economia segue seu curso

(181)normal", sustenta.

(182)Portanto, S. Ex^a entende que não há nenhuma razão de ordem

(183)econômica para que se dê ao Presidente do Banco Central foro especial, afora

(184)as denúncias que têm que ser esclarecidas na Comissão de Assuntos

(185)Econômicos, e não com blindagem.

(186)Por essa razão, a medida provisória, que é uma das dezenas que

(187)foram editadas pelo Presidente da República e estão embolando o

(188)andamento dos trabalhos da Câmara e do Senado, segundo a opinião do

(189)Procurador-Geral da República, é imoral, é ilegal, não é urgente nem é

(190)relevante.

(191) Sendo assim, Senador José Jorge, **não pense V. Ex^a que farei**
(192) acordo para votar **matérias que são do interesse nacional e que passem**
(193) **por cima do interesse nacional. É nosso dever de Oposição defender a**
(194) **moralidade, a constitucionalidade.** E queremos a contrapartida que está nas
(195) mãos do Governo. Está nas mãos do Governo dar celeridade aos trabalhos do
(196) Congresso, diminuindo o número de MPs ou evitando a edição de tantas delas.

(197) Está claro, pela opinião do Procurador Fonteles, que esta MP não
(198) tem sustentação. **Penso que ela não pode nem deve ser derrubada. Ela**
(199) **tem que ser retirada.** Não se reuniu a comissão por bloqueio dos partidos do
(200) Governo; o Presidente do Banco Central não compareceu ao Senado; o
(201) Procurador da República declara que a matéria é amoral, é irrelevante, não é
(202) urgente e não é constitucional. Ela está entrvando os trabalhos congressuais.
(203) Se chegar à apreciação dos Senadores e Deputados, evidentemente que
(204) vamos, em nome do interesse nacional, da lisura nacional, cerrar fileiras contra
(205) ela. Mas seria tão melhor que o Governo reconhecesse e a retirasse, de plano,
(206) diante das evidências todas, facilitando os trabalhos do Congresso!

(207) O que quero, Sr. Presidente, é colaborar. O Presidente do meu
(208) Partido colaborou, o Senador José Jorge está querendo votar as emendas da
(209) reforma do Judiciário. Porém, votar a toque de caixa, não. Urgência, sim!
(210) Irregularidade, ilegalidade, não!